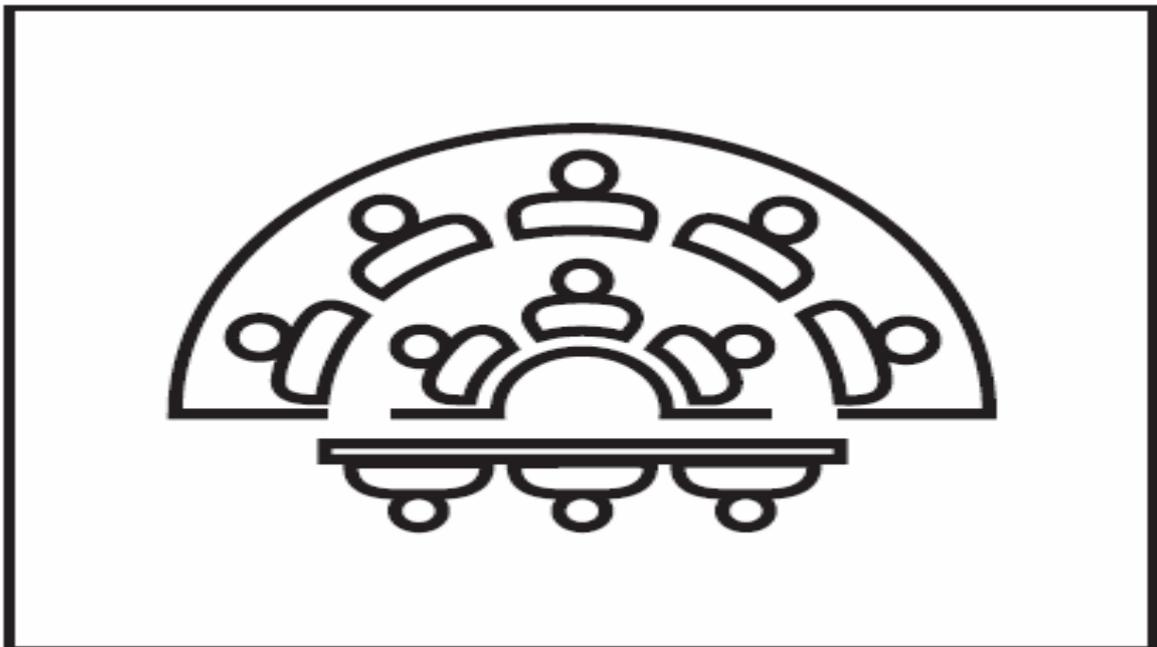




# **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO**



**ACTA N.º 4**

**SESSÃO ORDINÁRIA DE  
26 DE FEVEREIRO DE 2010**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

-----Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dez, pelas 09h.43m, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a **Sessão Ordinária de Fevereiro** da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**: -----

– **Período de “Antes da Ordem do Dia”.**

– **Período da “Ordem do Dia” com os seguintes pontos:**

1. **Apreciação da Actividade Municipal – Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal;**
2. **Alterações ao Mapa de Pessoal;**
3. **Recolha e Gestão de Óleos Alimentares Usados (OUA);**
4. **Apreciação do Relatório Anual de Actividades da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco do Concelho de Torre de Moncorvo – Ano 2009;**

– **Período de Intervenção do Público.**

-----A presente reunião foi presidida pelo seu Presidente **Dr. António Alberto Almada Guerra**, e secretariada pelo Primeiro Secretário **António Alves Salema** e Segunda Secretária **Beatriz da Luz Souza Fernandes**. -----

-----O **Presidente da Mesa**, deu início aos trabalhos, cumprimentando todos os presentes, dando de seguida a palavra ao Primeiro Secretário **António Alves Salema**, a fim de que este procedesse à chamada. -----

-----Encontravam-se presentes, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

Força política	Nome	
Partido Socialista	Fausto Edmundo Tiago	
	José Francisco Martins Fevereiro	
	Maria Vitória Andrade Lázaro	
	António Manuel Faria Sota	
	Ismael Joaquim Ferreira	
	Altina da Glória Lopes Pinto	
	Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira	
	António da Cruz Barbosa Filipe	
	José Carlos Cordeiro	Presidente de Junta de Freguesia de Açoreira
	Altino Carlos Miranda Sá	Presidente de Junta de Freguesia de Cabeça Boa
	José Manuel Moreiras	Presidente de Junta de Freguesia de Cardanha
	José Manuel dos Santos Teixeira	Presidente de Junta de Freguesia de Carviçais
	Armando da Cruz Ferreira	Presidente de Junta de Freguesia de Castedo
	António Manuel de Castro Gonçalves	Presidente de Junta de Freguesia de Felgar
	Maria do Rosário Patrício	Presidente de Junta de Freguesia de Felgueiras
	Paulo Evangelista Bento	Presidente de Junta de Freguesia de Mós
	Basílio Mário Lázaro	Presidente de Junta de Freguesia de Peredo dos Castelhanos
	António Manuel Miguel Mendes	Presidente de Junta de Freguesia de Souto da Velha
	Maria de Lurdes Mano Pontes	Presidente de Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo
Afonso Henrique Alagoa	Presidente de Junta de Freguesia de Urros	



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

Força Política	Nome	
Coligação Eleitoral PPD/PSD-CDS/PP	João Carlos Evangelista	
	Orlando Miguel Jorge Mesquita	
	Liliana Andreia de Sousa Bernardino	
	Nuno Manuel Martins Costa	
	Adalberto Manuel Cordeiro Covas Miguel	
	Viviana Serra Cardoso Leonardo Teixeira	
	António Manuel Capela	
	Liliana de Fátima Fidalgo Fernandes	
	Carlos Alberto d'Abreu Ferreira Machado	
	Guilhermino Esteves Soares	Presidente de Junta de Freguesia de Adeganha
	Manuel José Dinis	Presidente de Junta de Freguesia de Larinho
	Francisco Manuel Tavares Varela	Presidente de Junta de Freguesia de Lousa
	Luís Amadeu Gaspar	Presidente de Junta de Freguesia de Maçores

-----**Faltaram à reunião** os seguintes Deputados: -----

- Luís António Carvalho (Presidente de Junta de Freguesia de Horta da Vilarça - PS); -----
- António Júlio Andrade (Coligação PPD/PSD-CDS/PP). -----

-----Pela Mesa foram consideradas justificadas as faltas dos referidos Deputados, face ao, a propósito, por aqueles foi aduzido em comunicações que entregaram no Gabinete de Apoio, não tendo sido operadas as respectivas substituições. -----

-----Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Eng.º Aires Ferreira, o Vice-Presidente da Câmara, Eng.º José Aires, e os Vereadores António Moreira e Dr. Nuno Gonçalves. -----

\*\*\*

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----No início dos trabalhos, o Líder do Grupo Parlamentar do PPD/PSD-CDS/PP, com o acordo da Líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, proferiu o seguinte **voto de pesar**: *“Propõe que seja cumprido um minuto de silêncio em solidariedade para com as vítimas da catástrofe que atingiu a Ilha da Madeira”*. -----

-----O **Presidente da Mesa**, dado ser de consenso parlamentar, deu-o por **aprovado por unanimidade**. -----

-----**A Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio.** -----

-----Seguidamente, o **Presidente da Mesa**, deu nota da correspondência recebida, com o registo número treze a dezassete, cujo mapa foi distribuído a todos os presentes, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

-----A seguir o **Presidente da Mesa**, pôs à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem: -----

- ♦ **Acta n.º 2/2009 – Sessão Extraordinária de 27 de Novembro de 2009:** Não havendo da parte dos Deputados qualquer reparo ao conteúdo da Acta foi posta a votação que, num universo de 36 votantes, registou o resultado seguinte: -----

	<b>PS</b>	<b>Coligação PSD-CDS/PP</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Votos a Favor</b>	<b>23</b>	<b>11</b>	<b>34</b>
<b>Abstenções</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
<b>Votos Contra</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

-----Assim sendo, a Acta n.º 2/2009 foi **aprovada por maioria**, com a abstenção dos Deputados Eng.ª Viviana Teixeira e Sr. Guilhermino Soares, por não terem estado presentes na referida Sessão. -----

- ♦ **Acta n.º 3/2009 – Sessão Ordinária de 28 de Dezembro de 2009:** Não havendo da parte dos Deputados qualquer reparo ao conteúdo da Acta foi posta a votação que, num universo de 36 votantes, registou o resultado seguinte: -----

	<b>PS</b>	<b>Coligação PSD-CDS/PP</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Votos a Favor</b>	<b>23</b>	<b>13</b>	<b>36</b>
<b>Abstenções</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Votos Contra</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

-----Assim sendo, a Acta n.º 3/2009 foi **aprovada por unanimidade**. -----

-----O período antes da ordem do dia prosseguiu com as seguintes intervenções: -----

-----**Deputado Sr. Dinis** (Presidente de Junta de Freguesia de Larinho): Em 22 de Setembro de 2009, foi solicitado à Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, por um munícipe do Larinho, uma certidão de duas casas de arrumos em como a construção era anterior a 7 de Agosto de 1951. Sucede que até hoje não obteve resposta. -----

-----Em 11 de Janeiro do corrente ano, o mesmo requerente requereu à Câmara Municipal, para que fossem emitidas as certidões porque as considerava concedidas ao abrigo dos n.ºs. 1 e 2 do artigo 108.º do Código do Procedimento Administrativo. Estamos em 26 de Fevereiro, não recebeu resposta nem do primeiro nem do segundo requerimentos. Portanto, é uma chamada de atenção à Câmara Municipal e fazer-lhe ver que isto anda muito atrasado. Obrigado. -----

-----**Senhor Presidente da Câmara:** Realmente há situações em que uma pessoa tenta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

evitar problemas, porque de facto há uma declaração da Junta de Freguesia a dizer que a casa é anterior a 1951 mas os técnicos dizem que não é, e, portanto, eventualmente a declaração da Junta de Freguesia é falsa. Esse assunto está comigo exactamente para evitar problemas e tencionava falar consigo. Assim já todos ficaram a saber. -----

-----**Deputado Sr. Dinis** (Presidente de Junta de Freguesia de Larinho): Directamente não estou envolvido no assunto porque não era eu o Presidente de Junta, mas os técnicos ao fotografarem a casa (eu sei que a fotografaram) não podem dizer que a construção não é anterior a 1951 só porque a casa está em lusalite e blocos, porque em 1951 já existia no Larinho uma fábrica manual de fazer blocos, portanto, isso não é o suficiente. E, Senhor Presidente, há 7 anos atrás, era eu Presidente de Junta, passei uma declaração a dizer que uma casa tinha sido construída há mais de 21 anos, e o Senhor Presidente mandou passar a certidão a dizer que a construção era anterior a 7 de Agosto de 1951. Eu tenho esse documento na minha posse. Talvez fosse porque a senhora Maria Cândida Rabaçal (o Senhor Presidente deve recordar-se bem disso), tinha feito parte da lista do PSD à Assembleia de Freguesia do Larinho. Então para uns pode ser que é uma casa nova mas realmente tinha sido construída há mais de 20 anos, e uma casa velha, deteriorada, não pode ser anterior a 1951. Muito bem Senhor Presidente, mas há 5 meses, pelo menos, merecia uma resposta. -----

-----**Senhor Presidente da Câmara:** Está a falar de nomes que eu não conheço, eu não sei sequer de quem é esta que tenho pendente no meu gabinete, propriamente o Larinho não é o centro do mundo, eu não conheço os nomes todos, há 34 povoações. Como lhe disse eu tenho isso no meu gabinete, tinha intenção de falar consigo dado que até agora ainda não tive o prazer da sua visita no meu gabinete, e ainda não tive oportunidade de o contactar e tencionava fazê-lo brevemente. -----

-----**Deputado Dr. Carlos d'Abreu:** Sem ter que me arvorar em defensor aqui do nosso conterrâneo Presidente de Junta de Freguesia do Larinho, direi que lamentavelmente a nossa Administração tem o hábito do silêncio administrativo, o que eu lamento. De qualquer modo, recomendo que sugira à nossa concidadã que volte a escrever para cá e que alegue o artigo 61.º do C.P.A., e nessas circunstâncias a Câmara Municipal tem 10 dias para lhe responder. ---

-----Ora, antes da ordem do dia e de assuntos de interesse municipal, tive o cuidado de recentemente ir consultar o portal do Município e verifiquei que, apesar da Assembleia Municipal lá ter um lugar e até estar lá uma ligação às actas da Assembleia Municipal, a verdade é que essa ligação não conduz a lado nenhum porque esse espaço está em branco, o que eu lamento, porque há vários anos fiz aqui uma proposta para que as actas deste órgão se tornassem públicas, porque eu não vejo razão nenhuma para que elas não sejam públicas. Se as actas da Câmara Municipal estão acessíveis agora na Internet para quem as quiser



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

consultar, porque razão é que não acontece com as nossas? Por isso, apelo aqui à Mesa que diligencie nesse sentido, quer dizer, nós não temos nada a esconder, somos um órgão autárquico com a mesma importância que o outro Câmara Municipal/Executivo. Então porque é que eles têm direito e nós não temos direito de ver publicitado o nosso trabalho? Primeiro aspecto. -----

-----Depois gostaria de lembrar que o nosso concelho está cada vez mais isolado em termos de acessibilidades. Ainda não ouvi a Câmara Municipal questionar os órgãos responsáveis pelo encerramento da linha ferroviária do Douro, desde o Natal, no troço Tua/Pocinho. Eu pergunto porquê este silêncio? Eu vejo as outras Câmaras Municipais bradar contra essa situação. É que nós, hoje, em Portugal, infelizmente, temos quase 300 quilómetros de via-férrea encerrada para obras, só que ninguém sabe quando é que as obras vão começar. É evidente que nós sabemos que a Administração da CP/REFER ou as Administrações, que o interesse delas é de facto acabar com o transporte ferroviário convencional, mas já sabemos isso há muito. Agora aproveitem-se de um acidente, natural, a queda de uns taludes, para desactivar mais esse troço, isso eu lamento. Eu acho que nós aqui enquanto cidadãos deste concelho e deste País, devíamos tomar uma posição relativamente a esse assunto porque as outras Autarquias da Região têm-no feito, e eu fico triste quando não vejo na Imprensa referências a essa situação ou a uma manifestação contra essa situação por parte do nosso concelho. -----

-----**Senhor Presidente da Mesa:** Senhor Deputado, sobre a questão das actas acho sobretudo pertinente o que diz. Todavia, recordo, que só há lugar à publicitação das actas seja da forma que for, designadamente pondo-as no site do Município depois de devidamente aprovadas, essa é uma questão absolutamente importante. De qualquer forma e em qualquer caso vamos com certeza proceder nesse sentido, porque faz todo o sentido que o Município e a população conheçam exactamente o teor das reuniões. Por maioria de razão é a Assembleia que está mais do que tudo representada em razão do povo que a elegeu e por conseguinte deve ter conhecimento do que aqui se passa. -----

-----Agora no que toca à questão do encerramento da linha para obras e da questão que suscitou, dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, se porventura quiser esclarecer. -----

-----**Senhor Presidente da Câmara:** O Senhor Presidente da Assembleia desculpe, eu não tinha percebido que ainda não estava no primeiro ponto da ordem de trabalhos – actividade municipal, só depois é que percebi que ainda está no período de antes da ordem do dia. Não faz qualquer sentido estar a falar de assuntos da actividade municipal quando há um ponto próprio na ordem de trabalhos. Um dos problemas desta Assembleia sempre foi esse, parece que não há problemas sobre a saúde, sobre outros assuntos de interesse para o concelho,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

parece que a grande preocupação é meramente a Câmara, meramente o Município e um problema de prazo de papéis. Bom, se não há outros problemas, de segurança, de saúde, etc., para falar no período de antes da ordem do dia, então eu acho que devia entrar era na ordem de trabalhos. O Executivo não volta a pronunciar-se antes de entrar no ponto um da ordem de trabalhos. -----

-----**Senhor Presidente da Mesa:** Senhor Presidente, quero lembrar-lhe o seguinte: De facto a questão que foi suscitada pelo senhor Deputado sobre a eventual falta de clamor por parte do Executivo da Câmara em razão do encerramento temporário para obras da linha ferroviária do Douro, não faz parte, suponho, eu ainda não li com toda a atenção o relatório, mas de alguma maneira é uma questão de política geral, foi assim entendida pelo senhor Deputado e, portanto, penso que é exactamente no período de antes da ordem do dia que faz sentido observá-la e por conseguinte sobre isso dizer-mos alguma coisa. -----

-----Seguidamente, dado que o Deputado Sr. Capela não quis intervir e não havendo mais inscrições, deu por encerrado o período de antes da ordem do dia, passando-se, de imediato, ao período da ordem do dia. -----

\*\*\*

### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

#### • PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

*Sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída pelos Deputados Municipais a informação do Senhor Presidente da Câmara, a qual faz parte desta acta, em anexo. -----*

-----Usaram da palavra: -----

-----**Senhor Presidente da Câmara:** Sempre houve um entendimento, não recordo neste mandato se já foi discutido o assunto, que a apreciação da actividade municipal não se limitava à apreciação do relatório escrito, portanto, é suficientemente lato para falar de toda e qualquer actividade municipal e, portanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal desculpe-me, a questão em si da linha do caminho de ferro é uma coisa, a questão em si da actuação ou não da Câmara Municipal é outra, e o objectivo do senhor Deputado Carlos d'Abreu Machado não foi nitidamente que a Assembleia Municipal tomasse uma posição sobre a questão do caminho de ferro, porque então aí poderia ter apresentado uma Moção, o que não apresentou, mas foi essencialmente pôr em causa o suposto silêncio da Câmara Municipal. Sobre isso, gostaria de dizer o seguinte: Para já eu não sei a que Câmaras se refere que estariam todas a bradar. Nós pertencemos a uma Comunidade Intermunicipal do Douro, e de facto estando o principal da linha dentro do concelho de Vila Nova de Foz Côa, foi o Presidente da Câmara de Foz Côa e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

foi o único que eu vi a tomar posição sobre a matéria e a informar que, segundo a Administração da REFER e que não tem nada a ver com a CP, as obras de recuperação da linha estarão concluídas no fim do mês de Março. Isto foi noticiado, portanto, acho que não pode haver mais informação para além disso. Se vão cumprir o prazo ou não a ver vamos. Agora de facto e até por uma questão de relações de boa vizinhança, sendo uma infraestrutura que está instalada em determinado concelho havendo uma resposta positiva, porque aí com certeza a própria Comunidade Intermunicipal do Douro teria tomado posição, neste momento porque aparentemente o assunto está resolvido e há um timing definido, não faria sentido uma posição conjunta e, portanto, o Senhor Presidente da Câmara de Foz Côa divulgou publicamente a situação, o prazo previsto, e do nosso ponto de vista para já, pelo menos, a situação está informada e arrumada. Aguardamos que realmente o prazo seja cumprido. -----

-----**Deputado Sr. Capela:** Pergunto ao Executivo, se o troço do IP2 – Junqueira / Pocinho já está definido ou não, porque nunca mais se ouviu falar em nada. -----

-----**Deputado Sr. Orlando Mesquita:** Começo com elogios porque é com muito bom agrado que vejo aqui no relatório, um programa que levará os alunos do 1.º Ciclo das escolas rurais a frequentar a piscina uma vez por mês, portanto, com isto uma pessoa tem que se regozijar, havendo outras actividades que também constam aqui que são de aplaudir, e regozija-me também sabendo que esta Câmara Municipal já procede à execução de muros de suporte como é o caso da estrada municipal Portela / Lousa na sequência de danos causados pelas intempéries. -----

-----Devo lembrar, neste caso, que no caminho agrícola entre a barragem do Pocinho / Peredo dos Castelhanos houve vários aluimentos de terras, existindo algum perigo nesse troço que convinha rapidamente verificar e obviamente repor. Além disso, também já aqui foi referido há algumas reuniões atrás, para quando a devida sinalização na barragem do Pocinho a indicar a via para o Peredo dos Castelhanos, continuando a não haver essa sinalização e as pessoas que por ali passam não sabem muitas delas que existe essa via para o Peredo dos Castelhanos e não só. -----

-----Nesta execução de muros, há mais de um ano que foi aqui apresentada uma situação existente na Fonte Carvalho sobre o aluimento de terras num caminho por onde se passa para várias propriedades com muita dificuldade, e houve aqui um jogo do empurra entre Junta de Freguesia e Câmara Municipal, tendo sido dito que estava aprovado e que iria ser repostado também esse muro, mas para variar continua-se à espera, de braços cruzados, claro. -----

-----Não podia deixar de verificar que um dos pontos do relatório – Contactos com a empresa MTI (exploração do minério de ferro) – põe em causa o tão propalado projecto eólico.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

Senhor Presidente, o senhor empenhou-se pessoalmente neste projecto eólico, foi a bandeira da campanha do Partido Socialista, os 2,5 milhões de euros, se não me engano e corrija-me se estiver errado, que provinham desta magnífica campanha que o Partido Socialista e o Senhor Presidente pessoalmente esteve empenhado, qual não é o meu espanto agora ao ver que pode estar em causa e em risco esse projecto por causa de uma empresa MTI (exploração do minério de ferro), que pelos vistos passou à frente de tudo e de todos segundo o que eu consigo depreender do que aqui está, pelo que gostava de ser devidamente esclarecido sobre este assunto, até porque segundo me parece esses 2,5 milhões de euros já estão no próprio Orçamento. -----

-----E, já agora, gostava de ser esclarecido também relativamente ao programa “limpar Portugal” como vai ser efectuado aqui em Torre de Moncorvo. Obrigado. -----

-----**Deputado Dr. Carlos d’Abreu:** Passando em revista as actividades da Câmara Municipal que são apresentadas no relatório, começarei por comentar o terceiro ponto desse relatório que se refere à questão do saneamento básico, e quero aqui denunciar que há situações no nosso concelho em que veículos municipais aí se deslocam para despejar as fossas sépticas, não sei se é este o termo técnico, mas penso que todo o mundo entende o que eu quero dizer e, logo de seguida, sugam a fossa com um tractor munido de um tanque e depois vão despejá-la centenas de metros mais adiante nos arrabaldes da aldeia. Isso é muito grave, muito grave, senhor Vice-Presidente, quer que diga aonde e quando? Eu digo-lhe e vou lá levá-lo ao sítio. -----

-----Relativamente à questão aqui do minério de ferro e do projecto eólico, eu ri-me quando li isto no relatório, porque quando aqui há uns anitos pela primeira vez se falou nesta Assembleia sobre uma proposta para implantar uns aerogeradores aqui no concelho, essa proposta foi precisamente para a Carvalhosa, e eu lembrei aqui o perigo que corríamos se aprovássemos tal projecto, porque o jazigo de ferro está lá, as minas estão desactivadas neste momento é certo, mas isso não significa que amanhã ou passado haja condições para se reactivarem, e chamava a atenção para o perigo de autorizarmos a implantação dos aerogeradores e, depois, no futuro, que pelos vistos é mais próximo do que aquilo que eu julgava, os aerogeradores ao terem de ser retirados de lá, o erário público vai ter de pagar e pagar bem, certamente, e indemnizar os proprietários dos ditos ou então inviabiliza-se a exploração do ferro. -----

-----A seguir, fala-nos o Presidente da Câmara do Museu de Arte Sacra. Eu confesso que não tenho informação sobre esta situação. Gostaria que me falasse sobre este projecto que diz que se encontra em fase de conclusão, se é um imóvel de raiz, se é o reaproveitamento de qualquer outro, e quem é que está incumbido de elaborar o projecto museológico e com que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

peças vão contar e quais são os protocolos que existem com as entidades obrigatoriamente envolvidas num projecto desta natureza. -----

-----Relativamente à questão da limpeza, higiene e salubridade públicas, e a propósito de um programa nacional que se chama “limpar Portugal” que vai decorrer no dia 20 de Março próximo, pergunto o que é que a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo está a pensar fazer relativamente a este projecto ou como é que vai colaborar nele? -----

-----E a propósito disto lembro-me que há uns anos atrás proliferavam as lixeiras aí pelo nosso concelho, e nós preocupámo-nos muito com isso aqui e combateu-se essa ilegalidade, e uma das soluções para se não irradiar pelo menos minorar o problema, foi criar-se em cada freguesia um sítio próprio para a deposição desses objectos maiores que depois a Câmara Municipal se incumbia de quando em vez recolher. Mas, agora sabemos que a legislação já o não permite e recentemente esses espaços foram vedados. Pergunto, agora qual é a alternativa que se oferece aos munícipes para se desfazerem desses objectos de maiores dimensões? -----

-----E ainda por falar em limpeza urbana, porque razão as ruas dos centros micro urbanos das nossas freguesias rurais de um modo geral não têm direito à limpeza pública, quando nós nas aldeias pagamos uma taxa para esse efeito. Pergunto à Câmara Municipal se os da vila pagam uma taxa maior do que aquela que eu pago na Lousa e em Maçores? E, portanto, se eles têm mais direitos do que eu ou se eles são mais do concelho do que eu, e dos outros? ----

-----Depois, pergunto à Câmara Municipal se tem algum contrato de execução com o Ministério da Educação e, portanto, se existe alguma Comissão de Acompanhamento de Transferência de Competências em matéria de Educação. -----

-----**Deputado Sr. Guilhermino Soares** (Presidente de Junta de Freguesia de Adeganha): O assunto prende-se com as fossas que é o velho problema. A freguesia de Adeganha é uma freguesia um pouco complicada, tem uma série de aldeias e em cada uma delas, nesta altura, as pessoas começam a reclamar porque as fossas estão de facto saturadas e estão cheias. Eu tenho consciência que não é um assunto que se resolve de ânimo leve e de um momento para o outro. De qualquer forma o que eu pretendia saber era se num curto prazo de tempo há viabilidade de proceder à limpeza dessas fossas, de forma a minorar o impacto que os derrames fazem nas propriedades e evitar os maus cheiros que lá existem. -----

-----Outro assunto e sei que o senhor Presidente está sensibilizado e está a trabalhar nele, contudo, queria deixar aqui uma nota de muita urgência para ser resolvido, que é a questão do cemitério de Nozelos. Ainda ontem houve lá um funeral, estive lá e espero bem que nos próximos tempos não faleça mais ninguém, porque não há mesmo espaço para o resolver. Obrigado. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

-----**Deputado Eng.º Fevereiro:** Eu quero aqui apenas fazer dois ou três pontos sobre a actividade municipal que de uma ou outra forma me chamam a atenção. Em termos de fornecimento de água, sempre defendi aqui que a água é um factor precioso, que tem um custo e que deve ser entendido com o seu valor e com o seu custo, não sendo negada a ninguém, ela é um factor de produção potenciada a sua utilização. Neste campo, estando nós inseridos num meio absolutamente rural, toda a nova legislação veio criar condicionantes à utilização de fontes de água para consumo humano ou inclusivamente para aproveitamento de âmbito agro-industrial, e quando estamos a falar de consumos da ordem, suponhamos 3m<sup>3</sup>, 5m<sup>3</sup>, 10m<sup>3</sup> por campanha, quer dizer, torna-se incomportável para eventualmente a instalação de pequenas actividades que poderiam dar algum aumento em termos económicos de sustentabilidade no meio rural, e torna-se absolutamente incomportável ter equipamento em termos de custos de instalação e fazer a monitorização completa, que nestes casos é absolutamente idêntica à que é exigida a qualquer água para uma rede pública, senão ainda mais completa e que levanta muitas vezes que a própria pessoa desista, porque não tem essas condições e não é viável a ligação à rede pública. Já a propósito deste assunto, contactei a Águas de Trás-os-Montes e a Águas do Zêzere e Côa e, parece-me, que até agora não estão vocacionados para a venda de água previamente tratada e evidentemente que essa água ao ser transportada necessita ainda de um dispositivo de tratamento por cloro, porque há sempre a possibilidade de contaminação, mas já não haveria problemas com alguns eventuais contaminantes, nomeadamente metais pesados que são de tratamento caríssimo, e abordo aqui o caso do arsénio que, para quem não sabe, é um problema muito corrente nas águas da região, inclusivamente as que são retiradas do Douro, e eu tenho análises que o provam, porque é que os Municípios não poderão com a associação aos Bombeiros ter um ponto de venda dessa água? Essa água tem um preço, esse preço tem que ser cobrado, foi aquilo que eu sempre defendi, mas isso possibilitaria que muitas vezes alguns pequenos utilizadores desenvolvessem uma pequena actividade que assim não o conseguem. Isto poderia até ser algum exemplo para os concelhos limítrofes, porque até ver, parece-me, que nenhum está disposto a isso. Isto é apenas uma sugestão. -----

-----Outro ponto que eu gostava aqui de chamar, porque é evidente que em tempos de crise, parece-me, que só se fala em grandes obras, mas eu acho que não são precisas grandes obras para nós termos orgulho na nossa terra e ficarmos satisfeitos por viver nela. Já se falou aqui muito da Escola Sabor Artes, sobre os mais diversos motivos, os custos dos professores, quanto ganham os professores, quanto custa isto, quanto custa aquilo, eu gostava de falar em quanto poderá custar não a ter, quanto poderá custar não a manter. Eu lanço aqui um apelo ao Executivo para não deixar cair a Escola Sabor Artes, e quando eu digo Escola,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

refiro-me mesmo à parte Escola, à parte didáctica, e estas mais de 200 inscrições dizem alguma coisa, dizem muito da importância que esta Escola tem para o concelho, tornando-se até num grande emblema de diferença, para melhor, do que nós temos no nosso concelho. É evidente que há que fazer face aos custos, a rentabilidade da Escola é não só na redução de custos que aqui sempre foi abordada, mas também no aumento de receitas se um dia houver problemas, quer dizer, isto são coisas que têm que custar algum dinheiro, e poderá sempre haver alguma solidariedade daqueles que mais podem pagar, para aqueles que tiverem que a frequentar e não possam pagar. Portanto, isto é apenas um pedido com uma sugestão em louvar a valia que esta Escola tem para a população, e que se olhe para ela como uma pequena grande obra que deu provas e continua a dar provas que é muito importante para o concelho e para as pessoas do concelho. -----

-----Por final pedia uma pequena informação sobre o protocolo subscrito com a Mirapapel, na recolha, no concelho, dos veículos em fim de vida ou abandonados, e alguma vantagem que possa advir para aqueles que a este processo tenham que recorrer. -----

-----**Senhor Presidente da Câmara:** Eu tenho feito os relatórios relativamente sucintos que é para as pessoas darem mesmo uma vista de olhos, e depois também no pressuposto que os membros da Assembleia Municipal conhecem o que se passa no concelho e conhecem o concelho, portanto, nunca me passaria pela cabeça que houvesse um Deputado Municipal que, nesta altura, e daí ter tomado a iniciativa de distribuir, novamente, este prospecto “Viver Moncorvo”, ainda não soubesse que o Museu de Arte Sacra, já negociado talvez há 5 anos, está a ser instalado na Igreja da Misericórdia dentro do Programa Regeneração Urbana, como também não me passou pela cabeça que houvesse um Deputado Municipal que ignorasse que o Município de Torre de Moncorvo, foi um dos que subscreveu o protocolo do Contrato de Execução de Transferência de Pessoal não Docente com o Ministério da Educação, em Setembro de 2008. Há coisas que, confesso, não me passam pela cabeça. Tanta ignorância. --

-----Depois há perguntas pertinentes, mas que eu vou tentar responder às questões levantadas aqui em menos tempo do que levaram a perguntar, porque nem foram bem perguntas, foram exposições e, também pensei, erradamente, que estivessem minimamente dentro do que se está a passar. Já percebi, quer um quer outro estão a zero neste assunto e, portanto, vou ter que começar do princípio que é assim: a concessão das minas de ferro foi entregue a uma empresa chamada MTI, é uma holding brasileira a que neste momento e isto é o que se diz, estarão associados capitais angolanos, nomeadamente da senhora Isabel dos Santos, filha do Presidente da República Angolana. Esta empresa tem 4 anos para os estudos e apresentar projectos, etc., etc., e há aqui logo duas questões a merecer reflexão: primeira, tem uma candidatura aprovada no QREN de dois milhões e tal de euros, o que está no Diário



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO**

da República e que é obrigada a executar em termos de sondagens, prospecção e estudos, é um milhão e tal de euros, que corresponde sensivelmente à parte da participação comunitária da candidatura aprovada no QREN. Isto é um facto, cada um que tire as suas ilações. Segunda questão, é uma empresa de investimento, ou seja, a haver exploração de minério não será esta empresa, esta empresa faz estudos, projectos e depois venderá. Devo dizer que um dos técnicos que está a trabalhar nisto não sei se é de Moncorvo, mas pelo menos tem parentes e está relacionado com Moncorvo. Agora há aqui coisas que dão que pensar. De qualquer modo, a Carvalhosa não tem nada a ver com o assunto, porque o projecto eólico estende-se do lado de Felgueiras, Maçores, até Açoreira, portanto, do lado Sul do Reboredo. O que há é a descoberta duma jazida que ninguém sabia, exactamente do lado de Felgueiras, e isto agora também se prende com o Plano Director Municipal, houve uma reunião recente, a Direcção-Geral de Geologia e Energia pretende que se consagre essa jazida no Plano Director Municipal como área de salvaguarda, sendo neste momento dos particulares ou quase todos, isto conduziria que o particular deixava de poder fazer fosse o que fosse no seu terreno, primeira questão. Segunda questão, é exactamente isto que está até agora a empatar (desculpando o termo) a aprovação do projecto eólico por parte da Direcção-Geral. Quando me puseram a questão de incluir a jazida no Plano Director Municipal recusei liminarmente, e o Chefe de Divisão informou-me, mas então a Direcção-Geral de Geologia e Energia vai dar parecer negativo ao PDM, e eu respondi que comprava essa guerra e, portanto, o que se passa é simplesmente isto. Entretanto, a empresa MTI, fez um longo ofício de três ou quatro páginas que tenho ali e que poderei fornecer cópia se alguém estiver interessado, exactamente exigindo da Direcção-Geral que chumbe o projecto eólico para salvaguardar o projecto deles. Agora se quer a minha opinião sobre o projecto mineiro, eu não acredito que seja nos próximos dez anos. Quando estamos a falar do projecto eólico, estamos a falar de um projecto que tem um tempo de vida útil de vinte anos. Passados vinte anos, os aerogeradores são para tirar e levar embora. Não acredito, repito, minimamente que haja hipótese até daqui a dez anos de haver exploração de minério de ferro. Esta empresa diz que estará a explorar daqui a três ou quatro anos, pessoalmente não acredito. Estive envolvido desde que vim, porque quando vim para aqui foi uma equipa de planeamento que o Prof. Valente de Oliveira fez criar no GAT de Moncorvo, exactamente por causa do projecto mineiro, portanto, desde 1978 até 1982 estive ligado também a isso, nomeadamente a um estudo que foi liderado pelo Dr. Brandão Alves, Presidente do ISEG, pela Maria Fernanda Ribeiro dos Santos, da Comissão de Coordenação da Região Norte e pelo Dr. Rui Cláudio, na altura da Ferrominas e, hoje, salvo erro, quadro do Banco Espírito Santo, e depois havia os dois escravos de serviço de campo que eram o Dr. Tibério e eu próprio. Mais, foi colocada a questão que o minério de ferro de Moncorvo tem um



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

grande problema que é o teor do fósforo. Isso parece que até tecnologicamente já é factível de ser resolvido facilmente, e depois tem outro problema que é o transporte. Há época, na década de oitenta, uma das questões colocadas era a possibilidade de unir a linha do caminho-de-ferro do Douro e da Beira Alta, através de 50 quilómetros de linha nova entre o Pocinho e Vila Franca das Naves, opção que foi posta de lado passando a ser previsto o transporte fluvial marítimo através de barcaças que pudessem navegar no rio e depois no mar por navegação de cabotagem, portanto, à vista da costa. Para meu espanto, na reunião que tive com a empresa MTI, eles apresentam exactamente como opção para o transporte do minério, novamente a questão Pocinho – Vila Franca das Naves, através de 50 quilómetros de linha nova, e eu limitei-me a perguntar, e os senhores acreditam que uma empresa tecnicamente falida, que está a demorar o tempo que está a demorar para recuperar linhas que ainda estão em exploração, vai fazer 50 quilómetros de linha nova e ainda por cima em três anos para daqui a quatro anos estarem a explorar o minério. Parece que mais tarde já estavam a falar no transporte fluvial, e a questão é exactamente esta, quer dizer, como é que é possível quando ainda se está a discutir nestes termos, pensar que daqui a três ou quatro anos é exequível estes grandes investimentos, e nós temos a experiência da barragem do Baixo Sabor, e temos a experiência do IP2, e uma série de experiências. Estes grandes investimentos têm um período de gestação que, desde os estudos preliminares e das prospecções neste caso ao projecto, e depois a avaliação de impacte ambiental, e depois a declaração de impacte ambiental, e depois o RECAPE e mais não sei quê, isto nunca é menos de cinco ou seis anos, portanto, acho que Moncorvo está aqui a ser prejudicado. -----

-----O projecto eólico tem ainda um outro problema, é que incautamente houve vários particulares, nomeadamente de Felgueiras que assinaram contratos de ocupação de terreno com uma empresa espanhola – a Gamesa – que nem sequer concorreu no concurso de 2008 e, portanto, agora aqueles a quem foi adjudicado que é a Enel Unión Fenosa / Eufel, não podem celebrar contratos com esses proprietários onde estão previstos a colocação de aerogeradores, porque a Gamesa reclama que tem ali a exclusividade a troco segundo ouvi dizer de 100 euros. Um aerogerador, por exemplo, os que estão colocados no Carvalhal pagam 2.500 euros/ano de renda, a Gamesa pagou 100 euros e agora inclusive poder-se-á dar o caso de ser a própria Gamesa a negociar com a Eufel e o proprietário ficava com 100 euros, o resto é para a Gamesa. Isto é muito complicado como devem estar a ver. Portanto, aquilo que eu meti aqui em três linhas tem todas estas envolventes. -----

-----A questão do saneamento básico que aqui refiro também em três linhas, também carece de uma explicação muito mais longa, porque de facto houve alteração das regras do jogo. No início de 2009 com a contratualização de parte do ONorte com as Comunidades



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

Intermunicipais, também com a CIMDOURO foi contratualizado um conjunto de verbas distribuído por 5 Eixos, um dos quais designado por Ambiente que cobre investimentos no saneamento básico, e os Municípios começaram a trabalhar na base de que independentemente de aderir ou não às baixas, (as baixas é a empresa que em princípio virá com os Municípios que aderirem a gerir a distribuição de água e a recolha das águas residuais), os Municípios podiam avançar com as candidaturas dentro da verba que foram afectas às Comunidades. Na CIMDOURO até foi fácil chegarmos a acordo entre os dezanove, as verbas ficaram afectas por Município e, por exemplo, o Município de Torre de Moncorvo lançou cerca de um milhão de euros de obras de saneamento básico a concurso, na base que teria na contratualização com a CIMDOURO verba para obter esse financiamento. O que acontece, é que em Setembro, ainda no Governo cessante, o Senhor Ministro deu instruções às Comissões Executivas das Operações Regionais, que os Municípios que aderissem à tal baixa não poderiam beneficiar do FEDER nas Operações Regionais. No nosso caso não há nada e, portanto, isto é uma alteração completa das regras do jogo a meio do jogo e, é grave, porque obviamente a empresa das baixas não vai estar no terreno antes de 2011, e se estiver em 2011 já não é mau. Entretanto, nas obras que levámos a concurso e que estava pronto para adjudicar uma série de ETAR's para resolver exactamente situações, o mesmo Ministério do Ambiente que invalidou a possibilidade do recurso a financiamento comunitário para resolver isto, aplica coimas por não estar resolvido, e são umas atrás das outras, nomeadamente por situações exactamente das águas residuais que não são tratadas, etc., etc., etc. e, portanto, temos aqui uma situação em que nem nos deixam fazer e ainda nos multam por não fazermos. Tivemos na semana passada, faz hoje 8 dias, uma reunião exactamente de todas as Comunidades Intermunicipais do Norte com a Comissão Executiva, isto vai ter que ser colocado politicamente dado que foi um despacho do Senhor Ministro, e vai ter que ser colocado também a nível agora da Senhora Ministra do Ambiente, não sei é quando conseguimos ter a situação resolvida. De qualquer modo as situações mais urgentes não deixarão de merecer atenção da nossa parte, mas temos é que estudar uma forma de as poder resolver sem pôr em causa que eventualmente e conseguindo uma reversão da decisão ministerial de Setembro de 2009, ainda venham a obter financiamento. -----

-----Outro assunto realmente importante é a questão do IP2 no troço Junqueira / Pocinho. Devo recordar, que nesta mesma sala em Março do ano passado com o Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, foi aqui apresentada qual a solução do troço Junqueira / Pocinho e que passa, nomeadamente pelo aproveitamento do traçado existente entre a Ponte do Sabor e o Pocinho, portanto, o traçado existente será beneficiado e vai ser o suporte do IP2. Aliás, parte dele já está catalogado como IP2. Agora, a situação da travessia do Douro é para mim



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

preocupante, porque há aqui um momento de silêncio, eu percebi aqui há uns tempos que o Vice-Presidente da CCDR tinha estado numa reunião por causa exactamente disso, mas não consegui saber nada, e dá-me a ideia que são capazes de insistir na tecla do contra-embalse do Feiticeiro, que sendo um remendo ainda assim garante um mínimo de qualidade de serviço rodoviário. O que existe, no Douro, não fazendo uma nova travessia, não há a mínima hipótese de chamar àquilo minimamente um IP. -----

-----Para concluir, os Municípios só são obrigados a ter um cemitério municipal. Os cemitérios paroquiais são da responsabilidade das Juntas de Freguesia. Já a Junta também só é obrigada a ter um cemitério paroquial. Portanto, o que acontece nas freguesias com mais que uma povoação é que cada uma tem o seu, mas a competência legal é das Juntas de Freguesia, a Câmara não tem qualquer responsabilidade nessa matéria. O que nós estamos a falar é de uma ajuda da Câmara. -----

-----**Senhor Vice-Presidente da Câmara:** Relativamente a algumas questões que foram aqui colocadas, portanto, refere-se no relatório que andamos a concluir a recuperação de muros e aquedutos que foram destruídos pelas intempéries, além de outras situações que foram acontecendo pontualmente. Na sequência de referir a reconstrução de um muro numa estrada municipal, referiu também o muro de um caminho vicinal, da Fonte Carvalho, que são duas coisas distintas. Acontece que os caminhos vicinais também são competência das Juntas de Freguesia, e sei que também no nosso concelho há dezenas ou centenas de metros de muros caídos em caminhos vicinais. Não havendo nenhum programa de calamidade, até na Madeira que foi uma questão grave não foi sequer declarada calamidade pública, por questões também de imagem internacional, aqui no nosso concelho também não houve nenhuma calamidade que justificasse depois também apoios financeiros para poder apresentar um programa mais vasto. A única questão que nos perguntaram foi a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, em termos financeiros quais seriam os encargos com as intempéries, tendo já prestado essa informação, mas não há nenhum programa específico. Agora, há centenas de metros de muros caídos no nosso concelho, além do da Fonte Carvalho e, portanto, é uma questão que cabe à Junta de Freguesia também ver essa situação e tentar resolvê-la, alguns muros são de proprietários e também caem, as Juntas de Freguesia foram eleitas directamente e podem dizer o que quiserem, a Câmara não tem que assumir coisas que não lhe compete. Nas estradas municipais, naquilo que é da sua competência e a Lei define isso, a Câmara tem que o fazer. -----

-----A questão “limpar Portugal”, é um projecto que terá lugar no dia 20 de Março, em que as pessoas se inscrevem voluntariamente no site [www.limparportugal.org](http://www.limparportugal.org) ou no site do Município. Amanhã, dia 27 de Fevereiro, pelas 15h00, na Biblioteca Municipal, um dos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

responsáveis do projecto irá dar explicações sobre esse mesmo projecto. Ele foi convidado por um grupo de voluntários jovens aqui do concelho e, portanto, ficam convidados também todos aqueles que se sentirem com vontade de participar. O Município também apresentou um plano para execução no âmbito do programa, que consiste na limpeza de seis pontos de lixeiras clandestinas que estão na área envolvente do Reboredo e que abrange as freguesias de Felgueiras, Larinho e Moncorvo, com os voluntários que já estão inscritos, disponibilizando meios e alguns equipamentos para que isso se possa fazer numa manhã, e também se torne num acto cívico que é limpar os espaços e, além disso, depois, sinalizá-los de forma a mostrar as imagens do *antes e depois*. -----

-----Nas questões de saneamento básico, há aqui uma afirmação que fica em acta, que é grave e tem que ser provada, quer dizer, a Câmara limpa as fossas e depois vai despejar a centenas de metros mais adiante nos arrabaldes da aldeia. Isso são afirmações graves, e desafio o senhor Deputado a dizer o dia e quem foi que o fez, porque enquanto o não fizer a partir de hoje a sua credibilidade fica muito debilitada. -----

-----Limpeza, higiene e salubridade pública. Para a recolha dos monstros, foi distribuído por todas as Juntas de Freguesia um mapa onde consta quais os dias em que as pessoas podem colocar junto ao contentor os fogões, frigoríficos, etc., e no caso da empresa FOCSA não cumprir aquilo que está estipulado no contrato de concessão, bem como fazer as lavagens dos contentores, agradecia essa informação das Juntas de Freguesia. -----

-----É evidente que aqueles locais que havia nas freguesias para a gestão dos resíduos ser uma ideia interessante, porque evitava que as pessoas durante a noite fossem a uma berma da estrada e depositassem um fogão, uma máquina, etc., tornando muito mais difícil a sua recolha, quer a legislação quer a própria GNR não entende assim, e levantou contra-ordenações a algumas Juntas de Freguesia estando a decorrer os processos e, portanto, isso já não é possível e tem que se pôr junto a um contentor. -----

-----Os resíduos da construção e da demolição que é outra questão que também preocupa toda a gente, porque quando se vai construir uma casa tem que se ter um plano de encaminhamento e aqui na área do Distrito não há nenhuma empresa que receba esses resíduos, mesmo a pagar, a mais próxima é em Vila Pouca de Aguiar e, portanto, há aqui uma série de legislação efectivamente que é avançada para Portugal, mas depois não tem a correspondência em termos daquilo que são as infra-estruturas por forma a que as coisas possam funcionar bem, e de vez em quando vê-se por aí uns despejos, e penso que a GNR além de exercer a sua função junto das Juntas de Freguesia e do Município, que são as entidades onde eles mais facilmente podem chegar com uma contra-ordenação, também deviam começar a aplicar contra-ordenações aos cidadãos que transgridem, que é isso que eu



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

não vejo aqui no concelho. -----

-----A questão da limpeza das ruas, a tarifa (3,70€) que as pessoas pagam representa 60% dos custos totais do sistema que a Autarquia tem. Isso é uma questão também que está a ser trabalhada, nas freguesias sei que alguns Presidentes de Junta recorrem ao Centro de Emprego através de Programas Ocupacionais e requisitam pessoas que estejam lá inscritas da própria freguesia para fazerem esse trabalho, e sei que o fazem periodicamente. Sei também que hoje as nossas freguesias têm as ruas muito mais limpas que tinham aqui há umas dezenas de anos, é o esforço dos Presidentes de Junta que têm recorrido a esses programas e outros meios, não estão à espera que o Município também possa concessionar esse serviço, porque ao fazê-lo esses encargos também disparam, e depois isso pesa ainda mais, porque isso tudo hoje ainda não se paga na totalidade, mas as indicações quer da própria legislação quer também políticas, os encargos com a água, saneamento, resíduos, que sejam pagos pelos utilizadores, daqui a cinco anos possivelmente ainda terá mais peso e, portanto, no dia que essas tarifas pesarem depois no bolso de todos será mais complicado até suportá-las, porque já hoje tem algum significado para algumas pessoas que vivem das pensões de sobrevivência. É evidente que tudo que é ambiente trás encargos e, portanto, temos que gradualmente ir melhorando as coisas e têm melhorado a nível nacional, mas julgo que o trabalho não está concluído, é um trabalho também de gerações, mentalidades, etc., que temos que prosseguir. -----

-----A questão do senhor Presidente de Junta de Freguesia de Adeganha relativamente às fossas sépticas, no ofício que enviou referia duas nos Estevais, uma na Adeganha, e nos Nozelos. Portanto, já se fez a intervenção nos Estevais e na próxima semana far-se-á a intervenção na Adeganha. Nos Nozelos, como tive oportunidade de dizer, é um investimento já mais pesado, porque tem que ter um emissário de 600 metros, e isso além de passar por terrenos privados, é uma obra que tem que ser ponderada e preparada. -----

-----A questão do protocolo subscrito com a Mirapapel para recolha no concelho dos veículos em fim de vida ou abandonados, foi uma preocupação que houve durante a campanha eleitoral, e foi na povoação de Estevais que surgiu o problema com os veículos abandonados na via pública. Eu já mandei fazer seguir toda a informação relativamente a este assunto para todas as Juntas de Freguesia saberem como é que isto vai funcionar, e não trás encargos nem para as Juntas de Freguesia nem para o Município. No caso de veículos em fim de vida, a recolha será o proprietário a dizer, *quero que o levem*; para os veículos abandonados na via pública há passos que temos que dar em termos de pôr um edital, saber quem é o dono. Cumprindo essas normas processuais, portanto, o veículo também irá ser retirado e irá ser reencaminhado para reciclagem. No fundo é isto. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

-----Pela empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro têm vindo a ser construídas pequenas infra-estruturas de estações de tratamento de águas residuais, estando já em funcionamento nas povoações de Maçores, Mós, Sequeiros e Castedo, e está em execução em Carviçais e, portanto, até 2013 todas as freguesias e povoações do concelho vão ser abrangidas por estas pequenas ETAR's. -----

-----**Vereador da Câmara Sr. António Moreira:** Só duas questões que foram aqui focadas. Quanto à página da Net do Município na questão das Actas da Assembleia Municipal, no nosso plano de trabalhos, as actas referentes a este mandato, desde que aprovadas, estariam incluídas até ao final do mês de Fevereiro. -----

-----Quanto ao Contrato de Execução de Transferência de Pessoal não Docente com o Ministério da Educação, protocolo que assinamos em Setembro de 2008, a pergunta concreta foi se existia uma Comissão de Acompanhamento. A Comissão de Acompanhamento existe formada por mim próprio, por delegação de competências do Senhor Presidente da Câmara, pelo Presidente do Agrupamento de Escolas e pelo Representante da DREN, aliás, como está no protocolo e consta na Lei. A última reunião que houve da Comissão de Acompanhamento foi no dia 4 de Fevereiro deste ano. -----

### ----- 2.º Período -----

-----**Deputado Sr. Francisco Varela** (Presidente de Junta de Freguesia de Lousa): Em relação ao que foi dito aqui sobre o despejo de resíduos de determinadas fossas, sei agora que realmente isso aconteceu na Lousa. Ora, eu desconheço totalmente que isso tenha acontecido e fiquei um bocado incrédulo. Se isso realmente aconteceu, se há como diz o Dr. Carlos d'Abreu que tem factos, acho que tem que provar os factos e gostaria de saber a conclusão deste assunto, porque é grave realmente estarem a fazer isso. -----

-----Por outro lado, eu tenho feito algumas reuniões com o senhor Vice-Presidente e com o senhor Presidente, e temos falado sobre as soluções em relação às fossas. Realmente há uma solução que se tem focado que não vem solucionar grande coisa, porque é mudar os resíduos e os cheiros para mais 100 metros à frente. A solução ideal seria uma ETAR, mas como temos falado, a Câmara tem escassos meios financeiros neste momento, mas penso que isso é possível. O que eu gostaria de saber em relação às fossas, portanto, hoje indo para esta solução, que não é a solução definitiva, para quando esta solução? E também para quando a solução definitiva? -----

-----Sobre a pavimentação de arruamentos na Lousa, eu gostaria que o senhor Presidente me dissesse que arruamentos são esses, porque os que foram feitos neste período foi em colaboração com a Junta de Freguesia, portanto, a Câmara deu os cubos e a Junta deu a mão-de-obra. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

-----Para além disso, eu gostaria de saber relativamente à verba de 21.000,00€ destinada à Junta de Freguesia, aquilo que foi gasto e o que falta gastar. Obrigado. -----

-----**Deputado Sr. Nuno Costa:** O Senhor Presidente não respondeu ao colega de bancada Orlando Mesquita, em relação aos 2,6 milhões de euros da eólica se estavam inscritos no Orçamento. E, é com espanto que, desde a última Assembleia de 28 de Dezembro, aliás, desde 18/12/09 a 18/02/10, em dois meses, um milhão e cem mil euros a mais de dívida. Já disse aqui que houve uma falha do QREN, eu gostaria de saber ao certo o que é que se passou, porque aumentou-se a dívida de 15.023.353,46€ para 16.123.714.65€, mas na situação que o Município está este é um valor que me deixa preocupado e deixa preocupada a bancada da Coligação. -----

-----**Deputada Dra. Maria de Lurdes Pontes** (Presidente de Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo): Tal como disse o Senhor Vice-Presidente, os Presidentes de Junta de Freguesia são directamente eleitos e eu também fui indiscutivelmente eleita para Presidente de Junta da freguesia de Torre de Moncorvo. Não me furtei às responsabilidades da minha Junta e, por isso, foi feito um levantamento de vários muros que caíram na freguesia. O senhor Deputado Orlando, tem que compreender que nem só o muro que corresponde ao local onde habitualmente pode passar o Sr. Orlando e os seus familiares, é importante. Existem vários muros caídos na freguesia, foi feito um levantamento e, com o Senhor Presidente da Câmara, já no mandato anterior, fizemos um protocolo onde está incluído esse muro. Portanto, assim que as condições climáticas o permitam os muros vão ser todos reconstruídos. -----

-----**Deputado Dr. Carlos d'Abreu:** Ora, nesta segunda ronda, vamos então comentar e reforçar algumas questões da primeira. Lamento as evasivas do Presidente da Câmara, quando aqui é questionado sobre o seu silêncio relativamente à interrupção do transporte ferroviário do Tua até ao Pocinho. Fá-lo como se essa via não dissesse respeito a Moncorvo. Não diz respeito a Moncorvo porque não passa pelo território de Moncorvo. Por acaso até passava, só que ele não soube defender a via que aqui passava e, como tal permitiu que ela fosse encerrada e, permitiu, inclusive, que se vendesse ao ferro velho a infra-estrutura e, o povo de Carviçais, já agora, para ficar lá com o depósito metálico elevado da água a anunciar a estação teve que comprá-lo ao sucateiro, quer dizer, nós hoje vivemos nesta contingência de termos que ser nós, cidadãos civis, a adquirir o património que é nosso para o poder salvar, porque o senhor não foi capaz, não teve competência para o fazer. -----

-----Depois, estranho, quer dizer, eu de si já não estranho nada, há muito tempo que gosta de provocar com essa linguagem regressiva, o que me ânima a responder-lhe da mesma forma, porque se eu o questionei sobre o Museu de Arte Sacra, é porque não conheço o projecto, não conheço sequer a ideia, assim como não sabia se existia um Contrato de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

Execução com o Ministério da Educação, e o senhor chama-me ignorante, quer dizer, está a chamar ignorante a todos os membros desta Assembleia só porque não estão por dentro dos dossiers, como se nós fôssemos profissionais da política como o senhor é e tivéssemos a obrigação de estar a par de todos os dossiers. O que o senhor faz com estas respostas, com estas evasivas e com estas provocações, é fugir às suas responsabilidades, porque o senhor por Lei é obrigado a estar aqui nestas Sessões. E sabe porque é que tem que estar aqui? Para responder às questões que nós membros desta Assembleia lhe colocamos. É essa a sua obrigação, responder às questões, não é chamar ignorante para fugir às questões. Entende? Por isso devolvo-lhe essa da ignorância. -----

-----Ora, relativamente à linha do Douro, Foz Côa é que tem obrigação, como se o comboio não servisse Moncorvo. O comboio da linha do Douro serve Moncorvo há 130 anos e gostaria que continuasse a servir, mas infelizmente graças ao senhor e a outros políticos da sua comandita, esse transporte tradicional ferroviário anda pelas ruas da amargura, porque o senhor nunca o soube defender nem os seus correligionários e, por isso, é que o comboio não passa em Moncorvo hoje e não passa em muitos outros sítios e, por isso, como disse e repito aqui, é que neste momento temos quase 300 quilómetros de via férrea fechada para obras, mas cujas obras ninguém sabe quando é que vão começar. -----

-----Naturalmente que eu não sabia se o Contrato de Execução com o Ministério da Educação existia, porque se soubesse perguntava. Aliás, eu estou aqui para perguntar, é esse o meu papel, mas o senhor volvidos estes anos todos, ainda não sabe isso. -----

-----Relativamente à questão das eólicas e por inerência do jazigo de ferro de Moncorvo, põe-se para aí a dissertar sobre a história da questão, mas conhece muito mal essa história. Aliás, o senhor não sabe nada de história, o senhor é um ignorante, já provou isso várias vezes, porque não conhece esse processo histórico, e a prova de que não conhece é que vem aqui referir essa ideia de se construir uma via de 50 quilómetros entre o Pocinho e Vila Franca das Naves para escoamento dessa futura exploração eventual, só que se esqueceu de dizer que o minério para chegar ao Pocinho tem que ir por algum lado. E sabe por onde é que ele saía antes? Era pelo caminho-de-ferro. Portanto, quando lhe falarem nesse projecto de uma via de 50 quilómetros para ligar à linha da Beira Alta para escoar o ferro para Sul, para Sines, lembre-lhes que do Pocinho ao Carvalhal ainda vão 15 quilómetros ou coisa parecida. -----

-----Relativamente ao portal Municipal, lamento que o Núcleo Museológico da Fotografia do Douro Superior não esteja lá referenciado. Porque razão? É por ser um projecto privado? Mas há lá outros projectos privados. Então e não se falava aqui na criação de um Roteiro Museológico? E esse Núcleo Museológico não pode integrar esse Roteiro. Porquê? -----

-----Senhor Presidente da Mesa, já reparou que há aqui indivíduos, colegas nossos,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

membros desta Assembleia e que pelos vistos não vêm para aqui para discutir os verdadeiros problemas do Município e para cumprir com as nossas responsabilidades de membros de uma Assembleia, mas apenas porque dizem que têm pressa. Então que vêm cá fazer se têm pressa? -----

-----Relativamente à publicação das actas no portal, pois é obvio. Já o Presidente da Mesa falou nisso, o Vereador Moreira falou nisso, eu não falei que queria ver as actas antes de elas serem aprovadas no portal. É evidente que isso é ilógico, não é. -----

-----Agora, para terminar, já que estão fartos de me ouvir, mas é curioso que as pessoas não são obrigadas a estar aqui a ouvir, quer dizer, quem quiser ir a porta está aberta. Objectivamente fiquei sem saber o que é que era o Museu de Arte Sacra, como se eu tivesse a obrigação de conhecer o processo. Não conheço. Enquanto membro desta Assembleia, acho que tenho o direito de ser informado sobre o assunto e não fui. -----

-----O relatório do Presidente da Câmara não refere um facto ocorrido aqui no nosso concelho, na noite de 9 para 10 de Janeiro, ele que gosta tanto de ter o nosso Município aí nas bocas do mundo, não sei porque é que omitiu o facto de aqui terem sido detidos dois revolucionários bascos, quando isso catapultou o concelho para as páginas dos jornais. Quero aqui manifestar a minha solidariedade com a causa basca e com o povo basco. -----

-----**Senhor Presidente da Mesa:** Antes de dar a palavra ao senhor Deputado que se segue na ordem de inscrições, queria eu próprio dizer que não me cabe a mim enquanto Presidente desta Assembleia fazer qualquer defesa, porque fá-lo-á como é óbvio o Senhor Presidente da Câmara. Mas para futuro senhor Deputado, peço a todos e peço a si encarecidamente e em especial que sejamos respeitadores uns dos outros. É essencial para que uma Assembleia funcione. O senhor foi muito agressivo com o senhor Presidente da Câmara, a agressividade em política é importante mas tem limites, porque de facto a gente não pode pisar o risco e, por conseguinte, as chamadas sucessivas de incompetência não são prova que se aplique ao Presidente da Câmara, porque o eleitorado tem-lhe reconhecidamente mantido e dado o direito de pessoa competente. Por conseguinte, vamos estabelecer limites de diálogo no razoável e não vamos pisar o risco. Peço-lhe, sem prejuízo da agressividade que é importante em política, que no futuro respeitemos os limites da ordem pessoal e política nas nossas intervenções. -----

-----**Deputado Sr. Armando Ferreira** (Presidente de Junta de Freguesia de Castedo): Quem vai da Vide em direcção ao Castedo, há ali um pontão em cantaria já perto do Castedo, e talvez por causa do gelo houve alguma viatura que se despistou e foi derrubada a protecção do pontão, e eu agradecia que as pedras que existem lá derrubadas pois estão apenas caídas fossem recolocadas logo que possível. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

-----Outro ponto. Foi feita a rotunda no cruzamento da Lousa/Vilarinho/Castedo e muito bem, está muito bem sinalizada também, e simultaneamente foi colocado um candeeiro no centro da rotunda. O candeeiro suponho eu que seja para iluminar aquela zona, só que já desde o princípio do ano que lá foi colocado e nunca funcionou. Portanto, agradecia que também fossem tomadas providências no sentido de o porem a funcionar. Muito obrigado. -----

-----**Deputado Sr. Orlando Mesquita:** Eu gostava de pegar nas palavras do amigo e colega Carlos d'Abreu, relativamente à animosidade com que o Senhor Presidente se dirigiu também à minha pessoa, porque as palavras dele nem sempre são doces, não vale a pena chegar de ambas as partes a certas expressões que são usadas, mas isso é mútuo. Agora, o que eu não posso tolerar é que me chame ignorante por um facto que eu estou aqui a pedir para que o Senhor Presidente me elucide, e não é só à minha pessoa, eu estou aqui em representação de quem me elegeram e, portanto, eu acho que são muitos munícipes que são elucidados sobre esta questão e, acredite, são largas centenas para não dizer milhares. O desconhecimento e ignorância com que o Senhor Presidente se referiu, serão se calhar até propositada, e tanto assim foi que dissertou aqui entre 5 a 10 minutos sobre o assunto. É assim que as coisas se resolvem e é assim que todos nós gostamos que sejam resolvidas. Não gosto é das suas animosidades, porque não me dirijo ao Senhor Presidente com as palavras com que ele se dirige, já não é a primeira vez, a mim e a outros membros desta Assembleia. Portanto, o Senhor Presidente também não é nenhum santo quando dirige as palavras, e se dão aqui a recomendação ao Deputado Carlos d'Abreu para que tenha mais cuidado com algumas palavras que ele possa utilizar, também gostava que esta recomendação fosse feita a outros membros, e mais me custa ainda ouvir aqui membros, nesta sala, onde dizem: *senhor Presidente nós temos que ir embora, não temos tempo*. Mas, afinal, estamos aqui a fazer o quê? Quais são as ovelhas ou as cabras, desculpem-me a expressão, que estamos a guardar neste momento? Eu acho que este Órgão é de extrema importância e deve ser respeitado, não é estarmos aqui à espera que o Senhor Presidente nos diga está encerrada a Sessão e vamos embora. As coisas são para serem discutidas e gostava que também chamasse a atenção nesse sentido. -----

-----Continuo a não saber se os 2,6 milhões de euros estão ou não no Orçamento. Caso esteja posto em causa como é que se vai resolver este problema. -----

-----E já que se fala aqui no Museu de Arte Sacra, a custo zero numa altura foi assim que isto ficou decidido, se não estou em erro, continuo a perguntar se continua a custo zero, e houve este levantamento que foi efectuado foi oneroso para o Município, penso que sim e já ouvi umas verbas que até acho um bocadinho astronómicas para o caso, e também já agora perguntava se se mantém o mesmo prazo para a inauguração deste mesmo Museu de Arte



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

Sacra, depois disto tudo. -----

-----Para terminar, só dois pequenos apartes. Eu tive que me ausentar para ir ao quarto de banho, entretanto a senhora Deputada Maria de Lurdes, presumo que na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Moncorvo, dirigiu-se à minha pessoa mas sei o que disse, e devo dizer-lhe que eu nunca aqui apresentei absolutamente nada pessoal, nem quero apresentar, nem queria que fosse esse o intuito com que apresentei isto, foi mais um exemplo de diversos aluimentos de terras que aconteceram neste concelho, e falo obviamente daqueles que eu conheço, porque eu senhor Presidente, quando não sei não invento, e então eu gostava de dizer à senhora Presidente de Junta, neste caso membro da Assembleia Municipal, que não é um caminho para eu ir passear ao fim-de-semana ou ir passear com a minha família, é um caminho que dá acesso a muitos prédios rústicos e com os muitos carros que ali passam pode pôr em perigo quem ali passa, e ainda há pouco tempo aliuu mais um pouco, e é pena porque é uma zona tão agradável que não me lembra de ver por lá a senhora Presidente a passear, e não queria que fossem aqui chamados assuntos pessoais ou familiares, porque não foi com esse intuito e se assim o entendeu, entendeu mal. -----

-----Por último, já agora e pondo aqui um certo ar de humor, este programa “limpar Portugal”, acho bem, é excelente, aproveitem já agora para fazer a limpeza ao tecto desta sala pois parecem jardins suspensos. Muito obrigado. -----

-----**Senhor Presidente da Câmara:** Bom, convenhamos, os Deputados Orlando Mesquita e Carlos d’Abreu têm uma estranha forma de perguntar, por exemplo, o Deputado Nuno Costa perguntou, outros perguntaram, o Deputado Capela perguntou, os senhores atacam e chamam a esse ataque uma pergunta. Bom, há estranhas formas de perguntar, convenhamos. Agora, também e porque o senhor Deputado Carlos d’Abreu gosta muito de falar na Lei, não há Lei nenhuma que me obrigue a estar aqui, porque a mesma Lei que diz que o Presidente da Câmara é o representante do Município em juízo ou fora dele, diz, *sem prejuízo de poder delegar*, e o falecido Dr. José Gama raramente ia às Assembleias Municipais, e o senhor Dr. Rui Rio raramente vai às Assembleias Municipais. Eu estou aqui porque tenho muito gosto e então quando sei que o senhor está faço mesmo questão de estar, mas esquece as normas como, por exemplo, o Regimento que os senhores elaboraram e aprovaram e que diz que o tempo de intervenção são 5 minutos, pelos vistos esquece-se que há essa norma que o senhor não cumpre. -----

-----Duma vez por todas, aliás, se os senhores virem esse documento “Viver Moncorvo”, que é o Programa de Regeneração Urbana, lá aparece a descrição, calendarização e as verbas para instalação do Museu de Arte Sacra. Aquilo que o senhor Deputado Orlando Mesquita referiu a custo zero tem a ver com o levantamento, não tem a ver com a obra, o que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

está feito neste momento é a obra para abrir as portas ao Museu de Arte Sacra. -----

-----Agora, também há aqui uma questão que tem que ser entendida. Eu não disse que a obrigação era de Foz Côa, o que eu disse foi *por uma questão de boa vizinhança*. Suponham que, o Presidente da Câmara de Carrazeda de Ansiães, por exemplo, vinha levantar a questão da EN 220 entre Moncorvo – Carvalhal, o que é que seria dito. Tem que vir o Presidente da Câmara vizinho porque o de cá não diz nada. Há questões de diplomacia que, a menos que nos queiramos envolver em lutas partidárias, temos que respeitar e, eu também disse que houve conversas entre nós e se tivesse sido necessário. O troço também abrange Carrazeda e não viu o Senhor Presidente da Câmara de Carrazeda a pôr-se em bicos de pés. A partir do momento em que há um Presidente de Câmara que informa das diligências, que tem toda a legitimidade para o fazer e que há um compromisso de prazo, a menos que estejamos aqui a deitar foguetes, não há motivo para agora andarmos nos jornais. Quando houver nós cá estaremos. -----

-----E com um bocadinho de mais atenção, porque já aqui informei, sobre a estação de Carviçais, a Câmara de Moncorvo logo de início quis tomar conta de todas as estações. Tem arrendado seguramente há uns 10 anos a estação de Moncorvo e a estação do Larinho, e a estação de Carviçais nunca se resolveu, e ainda há uns 5 anos atrás ou menos, a REFER respondia que a estação de Carviçais estava arrendada à Junta de Freguesia de Carviçais, coisa que a Junta de Carviçais ignorava completamente e, por mais ofícios que se façam não se conseguiu resolver a questão da estação de Carviçais. Agora, exactamente para manter o espaço público ferroviário é que a Câmara de Moncorvo, foi a única em todo o Trás-os-Montes e Alto Douro, a querer tomar conta de estações e alugar a linha, porque na dívida de que fala também estão aqui 250,00€/ano por quilómetro, multiplique por trinta e tal quilómetros, veja quanto paga por ano a Câmara para manter a linha e, por exemplo, este assunto também já foi aqui discutido na Assembleia, o senhor estava presente que eu lembro-me, e isso possibilitará que de hoje para amanhã possa se eventualmente isso for rentável vir a ser novamente instalada uma linha ferroviária. Essa foi uma mais valia que saiu de todos nós contribuintes do Município que estamos a pagar para manter o espaço. Ainda recentemente o projecto do acesso à Barragem do Baixo Sabor, foi por nós chumbado impondo um viaduto superior à ecopista, exactamente para evitar mais um cruzamento de nível, exactamente também por causa da ecopista, mas porque de hoje para amanhã pode e se eventualmente e se tal se tornar necessário poder ter outra utilização, coisa que eu transmiti à MTI. Se o projecto mineiro for para a frente e se os senhores quiserem transportar por caminho-de-ferro até ao Pocinho, a via está desimpedida porque estamos a pagar um aluguer anual. -----

-----Também não deixo de anotar que, afinal se sabe do Roteiro Museológico, que por



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

acaso não sei muito bem o que é, só não sabia do Museu de Arte Sacra que estaria nesse mesmo Roteiro Museológico, quer dizer, sabe duma coisa mas depois não sabe da outra? Não haja dúvidas que não deixa de ser estranho. -----

-----E também estranho essa solidariedade com os revolucionários bascos e muito mais vindo da bancada do PSD/CDS. O senhor não deixa de estar na bancada. O senhor chama revolucionários, eu chamo terroristas, cada um chama o que quiser. De qualquer maneira há uma diferença entre a ditadura e a democracia. Um dia o senhor vai aprender isso. Com certeza que gostará de saber que o 25 de Abril este ano é comemorado no Cine-Teatro com o cantor basco Patxi Andión. Lá o conto ver. Agora, não teria era o mínimo cabimento, eu referir isso no relatório, é um relatório de actividades municipais e a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo não teve nada a ver com a detenção do etarra, embora já me passou pela cabeça de que se a ETA resolver vingar-se, é capaz escolher 1 de 2 para executar, ou o Chefe da GNR ou o Alcaide. Ainda pode sobrar para mim, mas não há-de ser nada. -----

-----**Senhor Vice-Presidente da Câmara:** Respondendo ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lousa. A Lousa tem 4 bacias de tratamento de águas residuais, mas o local mais afectado que serve 70% da população em termos de tratamento de águas residuais, é o Fundo d'Aldeia que se situa na zona do cemitério e, portanto, há ali um conjunto de culturas hortícolas e que efectivamente nos períodos de maior calor, é ali a rejeição das águas residuais para a linha de água, quando as temperaturas são maiores causa algum certo mal-estar. Portanto, eu assumi o compromisso em termos de Município, logo que o tempo permita, podemos prolongar esse emissário mais para a parte jusante das hortas e daquele local e, em colaboração com a Junta de Freguesia vamos realizar esse trabalho. A solução definitiva, portanto, como eu disse e até 2013, a empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro está a construir, no âmbito de um programa, pequenas infra-estruturas de estações de tratamento de águas residuais, já o fizeram nalgumas povoações e estão a fazer gradualmente e há-de chegar também o dia da freguesia da Lousa. -----

-----Relativamente à questão das pavimentações, como sabe foram fornecidos 33.000 cubos recentemente à Lousa e foram pavimentados os arruamentos na Rua do Cabeço, que até serve uma unidade industrial que é um investimento significativo na Lousa e, portanto, como nós fomos eleitos para 4 anos, o senhor Presidente da Junta também, é um plano que se vai desenvolver durante os 4 anos. Este ano, já se fizeram algumas pavimentações e, no próximo ano, far-se-á mais qualquer coisa. A Lousa como todos sabem é uma das povoações mais complicadas em termos de orografia, acessibilidades, tem muitas ruas de pequenas dimensões em que o solo também é complicado e, portanto, exige sempre meios reforçados e até custos mais elevados, mas haverá sempre disponibilidade do Executivo, todos os anos, em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

ter no Plano e Orçamento esse programa das pavimentações, para que no fim do mandato a Lousa, se não estiver toda pavimentada que esteja a 95%. -----

-----A questão que levantou o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Castedo acerca do pontão na saída do Castedo no sentido da Vide, houve ali um acidente, algum particular, ou tractor, etc., tombou as guardas em granito e foram projectadas para o ribeiro. Como nós andamos a concluir um muro na Vide, depois iremos lá também repor as pedras no seu devido lugar e, portanto, ficará o assunto solucionado. -----

-----A questão da iluminação da rotunda com um candeeiro de três pontos de luz para dar alguma visibilidade e tornar o local mais seguro, foi colocado em Setembro, mas durante vários meses nunca acendeu, e segundo informação obtida já acende desde a passada Terça-Feira. -

-----**Senhor Presidente da Câmara:** O Senhor Presidente da Mesa desculpe, mas com a comoção daquelas palavras delicadas e doces do Deputado Carlos d'Abreu, esqueci-me que tinha deixado para o fim as duas questões colocadas pelo Deputado Nuno Costa. -----

-----As contrapartidas da receita da eólica estão consignadas, não são receitas para o Município. Concretamente são 3,7 milhões de euros, mas há 200 mil euros que tem a ver com os prémios de eficiência e que não revertem em obras do Município e, portanto, esses 3,5 milhões de euros são para: Parque de Campismo, Pólo de Formação Profissional, Extensão de Pontos de Luz e Centro de Artes e Eventos. O que acontece é que enquanto isto não for resolvido as obras não andam. A Câmara não pôs a concurso o Parque de Campismo, não pôs a concurso o Pólo de Formação Profissional, entretanto há despesa já em todas estas rubricas. Aliás, a Extensão de Pontos de Luz está feita, são mais de 100 mil euros; o Centro de Artes e Eventos estamos a pagar o projecto, já se pagou mais de 100 mil euros; o Parque de Campismo estamos a pagar o projecto por factoring e estamos a comprar os terrenos; e no Pólo de Formação Profissional já pagámos o projecto, portanto, há aqui receita que assim por alto já seria perto de meio milhão de euros que entraria nos cofres municipais, porque já há despesa ou paga ou em dívida. Isto em parte justifica o aumento do tal milhão, que também é justificado por ter sido já facturado este ano mais de 300 mil euros da Ecopista, que ainda também não há comparticipação recebida, e mais de 200 mil euros do Museu de Arte Sacra. Portanto, meio milhão quase das contrapartidas da eólica, mais de meio milhão nestas obras que são comparticipadas, mas que o dinheiro tarda a vir até porque no caso, por exemplo, do Museu de Arte Sacra, a sumição individual da operação feita em Setembro até hoje ainda não está aprovada, porque há a candidatura e depois a candidatura de Regeneração Urbana "Viver Moncorvo" tem treze operações, cada uma delas é feita uma sumição individual da operação, cada uma delas por sua vez é aprovada, nós submetemos cinco já em Agosto/Setembro, até hoje estamos a aguardar decisão e, portanto, sem isso não podemos fazer os pedidos de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

pagamento. Na Ecopista, quando o empreiteiro facturou e disse para avançar com o pedido de pagamento, para meu espanto, fui informado que nesta obra tinha que tudo ser certificado por um Revisor Oficial de Contas, por um ROC, coisa que nem as contas da Câmara têm que ser. Além disto, o facto das verbas do QREN não estarem a ser disponibilizadas, o que agrava a situação financeira, há obra já feita como a colocação dos abrigos, o acesso pedonal, aquelas escadas até lá em baixo, e aí isso ainda está tudo em dívida, obviamente que tudo isto agrava a situação financeira da Autarquia. Na eólica preparamos as coisas, os projectos, terreno no caso do Parque de Campismo, obviamente enquanto a situação não for resolvida as obras não avançam, a saber concretamente: o Parque de Campismo e o Pólo de Formação Profissional. A Extensão de Pontos de Luz está feita. O Centro de Artes e Eventos o que estava previsto como contrapartida da eólica é 1 milhão e 250 mil euros para um investimento de 5 milhões, portanto, este milhão e 250 mil euros representaria em princípio o projecto mais um milhão de investimento. Entretanto, há uma candidatura no Plano Turístico do Douro e se ela vier a ser aprovada, para já foi só candidatada 2,5 milhões de euros e, portanto, esta contrapartida garantiria a contrapartida nacional. O financiamento seria de 1 milhão e 750 mil euros para 2,5 milhões de euros, portanto, até metade da obra ela seria feita a custo zero, mas para isso é preciso que a eólica seja resolvida e é preciso que essa candidatura no Plano Turístico do Douro venha a ser aprovada. -----

-----**Senhor Presidente da Mesa:** Senhores Deputados, quero dizer que sobre este ponto violentámos em absoluto aquilo que é o nosso Regimento, pelo tempo, pelo excesso, por tudo o mais. De toda a forma, este é um ponto sobejamente interessante neste tipo de discussão que aqui fazemos, tem muita essência de natureza política e faz todo o sentido, objectivamente, as perguntas de todo o tipo que possam ser feitas. Agradeço ao Senhor Presidente da Câmara e ao Executivo as respostas e aos Senhores Deputados as questões suscitadas. Sobre este ponto não dou a palavra a mais nenhum senhor Deputado, e vou dizer só uma coisa para rematar este ponto. É importante que a democracia nos ouça a todos e é de facto muito importante que todos os senhores que aqui estão saibam respeitar este órgão, que é o órgão fundamental deste Município e de todos os Municípios. O respeito, é o respeito pelos outros, e a nossa liberdade, como todos sabem, termina onde começa a liberdade dos outros. Por conseguinte, peço aos Senhores Deputados o respeito maior. Nós violentámos em absoluto com a minha autorização e a minha complacência aquilo que é o Regimento sobre este ponto, porque entendi que este ponto era o ponto que abordava o relatório da Câmara, e as intervenções do Senhor Presidente da Câmara eram sobejamente importantes para a satisfação de todas as nossas perguntas, que deixei de facto que o tempo fosse para além dos limites. Agora, há formas de a gente perguntar e se dirigir aos outros, e peço aos Senhores



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

Deputados, em particular ao senhor Deputado Carlos d'Abreu que dum a vez por todas entenda isso, o nosso respeito é o respeito em primeiro lugar pelos outros, pela democracia, pelos princípios, e por conseguinte sobre este ponto eu não queria dizer mais nada. Vamos passar ao ponto número dois. -----

### • **PONTO 2 – ALTERAÇÕES AO MAPA DE PESSOAL.** -----

*Foi submetida à apreciação da Assembleia Municipal a proposta sobre o assunto em epígrafe, a qual foi aprovada na reunião de Câmara realizada em 18 de Fevereiro de 2010, e a qual faz parte desta acta, em anexo.* -----

-----Usaram da palavra: -----

-----**Deputado Sr. Nuno Costa**: Relativamente ao mapa de pessoal na questão de Chefes de Divisão: N.º Postos Trabalho Tempo Indeterminado – Total–5; Ocupados: Arquitectura–2, Biblioteca e Documentação–1, Serviço Social–1; Vagos–1 e não diz para a área que é. Depois, aparece um lugar a criar de Técnico Superior de quê? E na Informação, alínea b), diz, Eng.º Electrotécnico: criar 1 lugar, e no mapa aparece como N.º Postos Trab. Contratado a Termo – Total–1; Ocupados–1, não será um erro, falta aqui na coluna a criar, penso eu. Eram estas as questões que eu tinha para colocar. -----

-----**Deputado Dr. Carlos d'Abreu**: Relativamente ao ponto dois, aproveito para perguntar até porque eu sou um burocrático profissional e como tal tenho a obrigação de consultar o Diário da República, assim como todos os cidadãos, porque razão é que foi publicado um Aviso de Concurso para 3–Técnicos Superiores na área do Ambiente e do Território, no dia 8 de Fevereiro de 2010, e logo a seguir passados 10 dias esse Aviso de Concurso foi anulado. -----

-----**Deputado Sr. Dinis** (Presidente de Junta de Freguesia de Larinho): Eu queria perguntar ao Senhor Presidente para onde é este lugar a criar de Guarda-Nocturno, e lembrar-lhe que devia criar mais 2 ou 3, porque como toda a gente sabe o Loteamento da Zona Industrial já foi assaltado várias vezes em 2009 e até já em 2010. Portanto, era bom que se lembrassem do Loteamento da Zona Industrial, porque é claro se houvesse uma reunião com as pessoas situadas na Zona Industrial que tivessem de participar pelo pagamento desses guardas. ---

-----**Senhor Presidente da Câmara**: É bom que relembremos que, agora os mapas de pessoal são um instrumento de gestão anual, portanto, o mapa acompanhava o Orçamento. Agora, houve alguns aspectos que falharam e, portanto, está aqui esta alteração e, por exemplo, confesso também a minha ignorância, eu não sabia que mesmo para a contratação a termo certo tem que passar a estar prevista no mapa de pessoal aprovado em Assembleia Municipal, e o concurso que saiu, saiu antes deste mapa que hoje aqui está, e no mapa que está anexo ao Orçamento não consta lá a contratação a termo certo dos Engenheiros de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

Ambiente, portanto, aquele concurso estava ferido de nulidade, por isso, se preferiu anular e rectificar o mapa não só neste caso como para outros. Portanto, os lugares de Pessoal Dirigente são 7, 2–Directores de Serviços e 5–Chefes de Divisão. Os que estão ocupados neste momento são 4, mas há um que está a concurso. O Director de Departamento Administrativo e Financeiro reformou-se, e optou-se por não se abrir concurso para Director de Departamento mas para Chefe de Divisão, portanto, o que vai acontecer é que este lugar de Director de Serviços na área de Economia vai passar a estar vago, que irá a ser preenchido pelo Chefe de Divisão Administrativo e Financeiro para o qual se abriu concurso e, portanto, aí ficarão os 5–Chefes de Divisão previstos no mapa. -----

-----Finalmente, a Câmara não tem competências em matéria de segurança. Aliás, é uma das áreas, as funções de soberania, Negócios Estrangeiros, Defesa, Segurança, Justiça, não são delegáveis nos Municípios. Se as coisas correrem bem até final do ano, em princípio as instalações municipais até serão na Zona Industrial, mas o lugar de Guarda-Nocturno é para tomar conta daquilo que é da Câmara, ou seja, do estaleiro da Câmara. -----

### ----- 2.º Período -----

-----**Deputado Sr. António Manuel Gonçalves** (Presidente de Junta de Freguesia de Felgar): Segundo a Informação do Director de Departamento Administrativo e Financeiro, diz aqui, canalizador: suprimir o lugar vago. Se formos ao mapa anexo não consta nada do que está aqui a dizer na Informação, pelo que deve haver um lapso entre o mapa e a Informação do Director do DAF. -----

-----**Senhor Presidente da Câmara:** Isto foi um documento de trabalho e, portanto, só serve por causa da votação, mas como isso até está na certidão, esta folha está a mais. O que está em apreciação é este mapa de pessoal que foi aprovado na reunião de Câmara. A informação não interessa nem devia estar aqui. -----

-----Colocado à votação, num universo de 34 votantes (não estavam presentes os **Deputados Sr. Manuel Covas e Sr. Francisco Varela**), registou o resultado seguinte: -----

	<b>PS</b>	<b>Coligação PSD–CDS/PP</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Votos a Favor</b>	<b>23</b>	<b>0</b>	<b>23</b>
<b>Abstenções</b>	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>11</b>
<b>Votos Contra</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

-----Ao abrigo da alínea *a)* do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, a Assembleia Municipal deliberou, *por maioria*, aprovar a presente proposta de alterações ao mapa de pessoal. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

### • PUNTO 3 — RECOLHA E GESTÃO DE ÓLEOS ALIMENTARES USADOS (OUA). --

*Foi submetida à apreciação da Assembleia Municipal a proposta sobre o assunto em epígrafe, a qual foi aprovada na reunião de Câmara realizada em 5 de Fevereiro de 2010, e a qual faz parte desta acta, em anexo.* -----

-----Usaram da palavra: -----

-----**Senhor Vice-Presidente da Câmara:** Uma pequena explicação sobre esta questão.

Decorre da legislação actual que os Municípios são responsáveis pela recolha e encaminhamento dos óleos alimentares usados (OUA). Depois de uma análise, verificámos de que o Município só por si era complicado implementar um serviço deste tipo, e chegámos à conclusão de que a melhor forma de cumprir a legislação era delegar competências na Associação de Municípios do Douro Superior (AMDS) da qual o Município de Torre de Moncorvo é associado e que engloba ainda os Municípios de Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta e Vila Nova de Foz Côa, sendo que é esta Associação de Municípios que também faz a gestão dos resíduos sólidos urbanos e que concessionou à empresa FOCSA. -----

-----Sobre a proposta apresentada vinda da Resíduos do Nordeste, que é uma empresa intermunicipal e que engloba as Associações de Municípios da Terra Quente Transmontana, da Terra Fria do Nordeste Transmontano e do Douro Superior, e ainda 13 concelhos, sendo 12 transmontanos mais Vila Nova de Foz Côa, foi proposto pela Associação de Municípios a discussão deste assunto e aprovada, por unanimidade, a adesão à proposta da Resíduos do Nordeste, EIM. No entanto, como se trata de uma competência directa dos Municípios, era preciso que o Executivo Municipal deliberasse transferir essa competência para a Associação de Municípios do Douro Superior e, portanto, o assunto teve que ser aprovado em reunião de Câmara, pelo que vimos propor aqui à Assembleia Municipal, se assim for do entendimento da Assembleia, a aprovação da delegação de competências em matéria da gestão dos óleos alimentares usados (OUA), na Associação de Municípios do Douro Superior (AMDS), que por sua vez poderá subdelegar na Resíduos do Nordeste, EIM, a implementação desse sistema no nosso concelho. De seguida, disponibilizou-se para eventuais esclarecimentos. -----

-----**Deputado Sr. Orlando Mesquita:** É uma ideia boa, aliciante, do ponto de vista ecológico então é excelente, basta bem dizer que um litro de óleo contamina cerca de 15.000 litros de água, se a minha memória não me engana, portanto, só isto já diz alguma coisa. Agora, eu só gostava de alertar aqui o Executivo para um possível ou um futuro protocolo que possa vir a ser firmado que salvaguardasse também alguns interesses que daqui podem advir, porque como todos sabemos da recolha de óleos alimentares pode-se fazer a produção de biodiesel, e isso obviamente será altamente lucrativo. -----

-----Gostava também que os pontos de recolha por este concelho fossem numerosos,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

porque sabemos muito bem que não havendo número suficiente as pessoas por si irão continuar a não depositar lá estes óleos já adulterados. Obviamente que votarei a favor. -----

-----**Deputado Dr. Carlos d'Abreu:** O colega Orlando Mesquita já se referiu a alguns assuntos, mas eu perguntava se o Município vai ter alguma contrapartida com este negócio, porque sabemos que os óleos alimentares são depois utilizados e transformados em biodiesel e esse negócio hoje dos combustíveis é um negócio importante, portanto, espero que o Município não perca a oportunidade de exigir também o quinhão nesse negócio. -----

-----Relativamente à legislação que regulamenta isto eu de facto não concordo com ela, o Decreto-Lei n.º 267/2009 prevê para o nosso Município, em concreto, apenas 8 pontos de recolha que são manifestamente insuficientes, isto até 31 de Dezembro de 2011, e depois até 31 de Dezembro de 2015, 12 pontos de recolha. Ora, nós sabemos que temos 17 freguesias e temos muitas mais povoações e, portanto, é preciso e certamente há aqui forma de acautelar isso e de levar estes óleos a toda a população. -----

-----**Senhor Vice-Presidente da Câmara:** Portanto, a questão da recolha e valorização, vamos chamar-lhe assim, será feita desde que a Assembleia concorde delegar igualmente na Resíduos do Nordeste, EIM, daí a nível dos 13 Municípios vão resultar também dividendos. Acontece que a Resíduos do Nordeste, EIM, é uma empresa participada não directamente pelos Municípios mas pelas Associações de Municípios e, portanto, no seu funcionamento tem encargos também do pessoal técnico que lá trabalha e outro tipo de despesas, mesmo ao nível de investimentos recentemente foi assinado um contrato para a criação de uma unidade de compostagem e triagem da também matéria orgânica e depois transformar essa matéria orgânica em composto, há um projecto a nível dos 13 Municípios que custa cerca de 25 milhões de euros, dividido em duas fases. Esse projecto foi aprovado recentemente, essa obra durante este ano vai entrar em execução, e os 13 Municípios aí têm alguns encargos, portanto, tudo o que seja também receitas para a própria Resíduos do Nordeste, EIM, beneficia os Municípios, porque o seu esforço financeiro nessa empresa intermunicipal também será menor. Actualmente, essa empresa intermunicipal já tem receitas do aproveitamento do biogás do aterro que concessionou a uma empresa privada em termos de produção de energia, e apresenta um capital social de €50.000,00 (cinquenta mil euros) subscrito pelas três Associações de Municípios na proporção da sua população, e este investimento também vai proporcionar algumas receitas no encaminhamento dos óleos alimentares usados (OUA) no sentido de transformar em biodiesel, e daí haver uma mais-valia para a própria Resíduos do Nordeste, EIM, e também depois directamente para os Municípios. No fundo são essas as contrapartidas, e já que estamos associados noutros projectos tais como na recolha selectiva e indiferenciada, etc., também entendemos que os Municípios seria melhor de uma forma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

organizada de o fazer e dentro dessa empresa intermunicipal também dar satisfação a estas exigências legais. Actualmente, já muitos cidadãos e empresas de hotelaria e restauração do nosso concelho têm encaminhado para o ecocentro que já faz a recolha destes óleos, mas a diferença é que havendo oleões (recipientes) distribuídos pela área do Município, facilita a vida aos cidadãos no cumprimento dessas regras e, portanto, penso que é uma situação boa para os nossos cidadãos e para o ambiente também. -----

-----A questão do número de oleões, inicialmente até 31 de Dezembro de 2011, estão previstos, pelo menos, 8 pontos de recolha, e até 31 de Dezembro de 2015, 12 pontos de recolha, isto em função dos habitantes do Município. Eu penso que essa questão não será difícil ultrapassá-la e colocar um por freguesia até antecipando estas datas, porque já foi também discutido na Resíduos do Nordeste, EIM, que não fazia grande sentido que numas freguesias se colocassem e noutras não, e depois podemos gradualmente conforme também o programa e a percepção que vamos tendo da sensibilidade e da adesão das pessoas, ir estendendo também às restantes povoações do concelho. -----

### ----- 2.º Período -----

-----**Deputado Eng.º Fevereiro:** Eu já ouvi aqui dizer, duas vezes, há que aproveitar as contrapartidas porque isto é uma coisa que pode dar proveitos financeiros, e também quero dar a minha opinião acerca deste assunto. Em primeiro lugar, não vejo aqui na consideração que é feita à proposta falar em mais-valia económica, vejo aqui escrito mais-valia, e penso que é uma mais-valia ambiental. Eu que tenho o cuidado de ler estas coisas, na página 3, diz, que todos os volumes superiores a 1100 Litros por produtor, ou seja, volumes que efectivamente poderiam dar alguma mais-valia económica, não são da responsabilidade dos Municípios. Na minha opinião, está aqui claramente um presente envenenado, que não vai gerar receitas para os custos de recolha, e mais uma vez os Municípios que se amanhem que têm verbas do Estado muito grandes. Meus amigos, não é assim que nós vamos reclamar aumento de prestações sociais às populações, porque a produção doméstica dos óleos alimentares usados (OUA) é de tal maneira feita por volumes baixos, e esta continua a ser apenas a minha opinião, não acredito que se chegue a mais-valia da matéria-prima que depois vai ser utilizada num processo químico que seguramente é caro para a reutilizar, que gere proveitos suficientes para os custos de recolha, e aqueles que são imputados aos Municípios através dos órgãos associativos intermunicipais que vão desempenhar esse papel. Portanto, não venham amanhã pedir mais e mais em termos de actividade municipal baseados nestas receitas, porque eu penso que isto é um presente envenenado. -----

-----**Deputado Dr. Carlos d'Abreu:** Prescindiu de intervir. -----

-----**Senhor Vice-Presidente da Câmara:** Sobre a questão das receitas ou não receitas do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

sistema, eu penso que nesta fase estamos a tentar rentabilizar em termos de escala ao associar os 13 Municípios, portanto, dá logo uma escala maior em termos de volume da recolha dos óleos alimentares usados (OUA). A questão é que há estudos nessa matéria, há ideias, há estimativas, mas na prática como nunca funcionou adequadamente esse sistema, não sabemos exactamente qual é o volume que se vai produzir nos 13 Municípios. Agora, os Municípios ao passarem essa delegação de competências nas Associações de Municípios, que por sua vez a subdelega na Resíduos do Nordeste, EIM, esta empresa depois vai seleccionar os operadores privados como seleccionou também para o aproveitamento do biogás, e aqueles que derem melhores contrapartidas vão ser aqueles a quem será entregue o serviço, por um período de tempo que será lá discutido e, portanto, depois de ver como evoluiu o sistema, porque é um sistema novo e não sabemos de momento qual é a rentabilidade dele, e com base nesse contrato as receitas que forem geradas serão para a Resíduos do Nordeste, EIM, que por sua vez aliviará também o esforço financeiro dos Municípios nesse próprio sistema. -----

-----Colocado à votação, num universo de 36 votantes, registou o resultado seguinte: -----

	<b>PS</b>	<b>Coligação PSD-CDS/PP</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Votos a Favor</b>	<b>23</b>	<b>12</b>	<b>35</b>
<b>Abstenções</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Votos Contra</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

-----Ao abrigo da alínea *m*) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal deliberou, *por maioria*, com a abstenção do Deputado Dr. Carlos d'Abreu, autorizar o Município a delegar competências na AMDSFE – Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos, no âmbito da recolha e gestão de Óleos Alimentares Usados (OUA). -----

- **PONTO 4 – APRECIACÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO DO CONCELHO DE TORRE DE MONCORVO – ANO 2009.** -----

*Foi submetido à apreciação da Assembleia Municipal o relatório sobre o assunto em epígrafe, o qual foi presente na reunião de Câmara realizada em 5 de Fevereiro de 2010, e o qual faz parte desta acta, em anexo.* -----

-----Usaram da palavra: -----

-----**Senhor Vice-Presidente da Câmara:** Só uma pequena explicação, portanto, o relatório oficial não é este, este ano optei por este porque entendi que era melhor para os Membros da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

Assembleia por aqui poderem ver qual a actividade da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco do Concelho de Torre de Moncorvo, porque o que temos distribuído é um relatório em base informática, que é o modelo que a Comissão Nacional aprovou para que as Comissões anualmente possam prestar as informações da sua actividade nessa base de dados à Comissão Nacional. Como o relatório oficial é menos legível, eu pedi um relatório que fosse mais perceptível para aqui mais facilmente vermos o tipo de processos, qual a origem deles, etc., mas o relatório em base informática que é transmitida à Comissão Nacional está um exemplar em cada bancada. De seguida, disponibilizou-se para eventuais esclarecimentos.

-----**Deputado Dr. Carlos d'Abreu**: O que nós aqui temos é um relatório de actividades, porventura não conheço a legislação em pormenor, é isto o que a Comissão ou a Câmara Municipal que preside à Comissão terá a obrigação de apresentar a esta Assembleia? Não sei se é nem se não, eventualmente sim. Todavia, aquilo que a mim e certamente aos colegas, eu preferia que nos fosse falado aqui por parte da Câmara Municipal sobre o estado desta questão no nosso concelho em concreto, porque este relatório tem umas fotocópias coloridas muito bonitas provavelmente feitas a partir de uns diapositivos que gastaram imenso papel e imensa tinta, mas não tem conclusão, quer dizer, e eu não sou obrigado a conhecer o assunto de perto, e também através deste relatório mesmo que o estudasse, que me debruçasse sobre ele atentamente, teria dificuldades em chegar a uma conclusão. Portanto, para nós seria preferível, esta é a minha opinião, em vez de nos remeterem o relatório, o relatório também é importante, mas que nos remetessem as conclusões do relatório, as conclusões dos técnicos que integram a Comissão. Portanto, se me puderem falar de alguma coisa sobre esse assunto eu agradecia. -----

-----**Senhor Vice-Presidente da Câmara**: Para quem não está muito familiarizado com a legislação que criou as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, e também sobre as questões que levantou, é assim. A Comissão é constituída por vários representantes, e no caso da CPCJ de Torre de Moncorvo, há o representante do Município que foi delegada em mim a competência para presidir a essa Comissão, que decorre da própria legislação e da votação dos outros membros; uma professora tutora que representa todos os níveis de ensino; uma técnica da Segurança Social; um representante da GNR; um representante das IPSS; uma representante da Saúde, no caso da nossa Comissão é a Dra. Arminda Moutinho; uma técnica cooptada que é designada pelo Presidente da Comissão e é assistente social da Câmara; e uma técnica estagiária e, portanto, a nossa Comissão que já vai fazer 5 anos de funcionamento dentro em breve, tem que cumprir estritamente com aquilo que são as suas competências. A Comissão não é um órgão judiciário, foi criada para libertar muito os Tribunais das questões dos menores, desde o abandono escolar, negligência, etc., e só são tratadas no caso dos pais



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO**

quando são chamados à Comissão por qualquer situação que é preciso averiguar derem consentimento, porque só através desse consentimento é que a Comissão pode intervir, e as crianças com 12 ou mais anos, também têm que dar o seu consentimento, portanto, uma criança de 12 anos, pode não dar o consentimento e a Comissão não pode intervir. Isto são processos em que as famílias deram o consentimento à Comissão para intervir nas situações que são aí tipificadas, portanto, a Comissão não tem que ter conclusões, porque são processos que obriga ao sigilo profissional toda a gente, nem aqui diz quais são as freguesias onde há mais incidências de casos, porque a Lei veta essa questão, e tem aqui as tipologias das intervenções em que a Comissão interveio durante o ano, que foi no abandono escolar, exposição a modelos de comportamento, maus tratos físicos, maus tratos psicológicos / abuso emocional, negligência, prática qualificada como crime e abuso sexual e, portanto, há processos que ainda decorrem, porque depois a Comissão ao acertar com os pais verifica qual a medida de intervenção, e normalmente é por 6 meses que essa família é acompanhada, e ao fim de 6 meses, vê a evolução, vê se realmente há razão ou não para continuar, vê a questão que motivou a intervenção se cessou e, portanto, alguns processos são arquivados, outros nalgumas situações também podem ir parar ao Ministério Público, depende, na ausência de consentimento dos pais para a intervenção os processos são remetidos ao Ministério Público. Felizmente, no nosso concelho, ainda não houve casos de gravidade extrema, há situações de risco que com a intervenção da Comissão têm sido evitadas. Depois também este relatório foi aprovado na Comissão Alargada para a qual recentemente esta Assembleia Municipal elegeu 4 elementos. A nível da Comissão, os elementos que têm trabalhado têm ideia também das principais problemáticas que existem e, portanto, essencialmente a maior é o abandono escolar, que foi atenuado muito com a criação dos Cursos de Formação Profissional, em que o ensino normal não lhes dizia muita coisa, continuando a sua formação nesses cursos de cariz mais técnico, e aí conseguem também arranjar as suas competências profissionais para o futuro. Outras questões têm a ver também com a própria escolaridade e formação académica dos agregados, porque há uma grande maioria também que os pais têm pouca escolaridade, habitação em estado de maior degradação, fracos recursos económicos, etc., portanto, há toda aqui uma série de problemáticas que têm sido tratadas. Agora, as conclusões estão no relatório que é a tal base de dados que nos pede essa informação em termos mais estatísticos. Os relatórios existem, o Dr. Nuno Gonçalves, por exemplo, representava uma munícipe que também estava a ser intervencionada e que como advogado dessa munícipe tem acesso a esse relatório, a Lei dá-lhe acesso, agora não dá acesso é a mais ninguém, portanto, são relatórios sigilosos que depois a única entidade que tem acesso a eles quando os deseja é o Ministério Público. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

### 2.º Período

**Deputado Dr. Carlos d'Abreu:** Eu não tenho interesse nenhum em saber a identidade das pessoas envolvidas nestes processos, aliás, isso está protegido por Lei. O que eu gostaria de saber, enquanto cidadão e enquanto munícipe deste concelho e sobretudo enquanto eleito local, era poder ter uma ideia através de um documento desta Comissão, qual é o estado da questão a este nível no nosso concelho, até comparativamente com outros concelhos, quer dizer, no mínimo, do Distrito, porque eu assim não sei avaliar por estes valores que aqui me são apresentados se o nosso Distrito é melhor ou é pior que o outro, se tem mais problemas ou menos problemas que os outros, e nós temos que fazer esse trabalho para depois tentarmos encontrar melhores soluções.

**Senhor Vice-Presidente da Câmara:** Toda a informação destas Comissões vai para uma base de dados a nível nacional e são eles que tratam essa informação. A nível Distrital sabemos mais ou menos a realidade uns dos outros, uma vez por ano, reunimos os Presidentes e os Técnicos das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, com o Presidente da Comissão Nacional e o representante do Ministério Público, sendo aí debatidos os problemas e aquilo que cada um de nós entende que seria o contributo para melhorar todo este sistema e, portanto, as Comissões têm vindo a aperfeiçoar as suas intervenções, as entidades parceiras também têm vindo cada vez mais a trabalhar com responsabilidade nestas Comissões, porque inicialmente este trabalho em parceria, como tudo na vida, teve um principio algo difícil. As competências e o empenho dos membros no caso da nossa Comissão em Torre de Moncorvo tem sido excepcional, salvo excepções extraordinárias, a Comissão reúne 2 vezes por mês, onde todos esses membros que eu citei têm o seu assento.

O que eu posso acrescentar, é que as Comissões que têm 150 processos podem ter um técnico na área da Psicologia ou da Acção Social suportado pela Comissão Nacional. No nosso concelho temos um número total de 23 processos e, portanto, isso diz tudo, nem sequer o volume de trabalho que a Comissão tem obriga a ter um técnico efectivo na área da Psicologia ou da Acção Social.

**Senhor Presidente da Mesa:** Senhores Deputados, este ponto não é votado porque é para mero conhecimento desta Assembleia.

**A Assembleia Municipal sobre o assunto tomou conhecimento.**

\*\*\*

### PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Presidente da Mesa**, questionou o público presente, a fim de verificar se alguém desejava intervir, o que não veio a suceder.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

-----Foi lida a **Minuta da Acta** a qual, não havendo objecções, foi colocada à votação que, num universo de 36 votantes, foi **aprovada por unanimidade**, nos termos do n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----

-----E não havendo mais nada a tratar, o **Presidente da Mesa**, agradeceu a presença de todos e, pelas 12h.55m, deu por encerrada a Sessão, da qual para constar se lavrou a presente acta, que os Membros da Mesa subscrevem e assinam. -----

O Presidente da Mesa,

\_\_\_\_\_  
(Dr. Almada Guerra)

O Primeiro Secretário,

\_\_\_\_\_  
(António Alves Salema)

A Segunda Secretária,

\_\_\_\_\_  
(Beatriz da Luz Souza Fernandes)

**(Acta aprovada por maioria, com 31 votos a favor e 4 abstenções, na Sessão de 26/04/2010)**